



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - FCI
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

LARA COSTA VIANA

AVALIAÇÃO DE TESAUROS:
ANÁLISE DAS MUDANÇAS NO TESAURO DA JUSTIÇA ELEITORAL

BRASÍLIA, DF

2024

LARA COSTA VIANA

**AVALIAÇÃO DE TESAUROS:
ANÁLISE DAS MUDANÇAS NO TESAURO DA JUSTIÇA ELEITORAL**

Monografia apresentada à banca examinadora como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia do Vale Caribé

BRASÍLIA, DF

2024

V614a Viana, Lara Costa

Avaliação de tesouro : análise das mudanças no Tesouro da Justiça
Eleitoral / Lara Costa Viana. – 2024.

73 p. : il.

Orientadora: Rita de Cássia do Vale Caribé.

Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade de
Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Curso de Biblioteconomia,
Brasília, 2024.

Inclui bibliografia.

1. Tesouro da Justiça Eleitoral. 2. Tesouros. 3. Avaliação de tesouro. 4.
Software de gerenciamento. I. Caribé, Rita de Cássia do Vale. II. Título.

CDU: 025.4.06

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: AVALIAÇÃO DE TESAUROS: ANÁLISE DAS MUDANÇAS NO TESAURO DA JUSTIÇA ELEITORAL

Autor(a): Lara Costa Viana.

Monografia apresentada em **17 de setembro de 2024** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a) (FCI/UnB): Dra. Rita de Cássia do Vale Caribé

Membro Interno (FCI/UnB): Dr. Márcio Bezerra da Silva

Membro Externo (STJ): Ma. Rafaella Carine Monterei



Documento assinado eletronicamente por **Rafaella Carine Monterei, Usuário Externo**, em 20/09/2024, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Bezerra da Silva, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 20/09/2024, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cassia do Vale Caribe, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 23/09/2024, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11755489** e o código CRC **24C1889D**.

Dedico este trabalho à interconexão da vida e do conhecimento; à música; ao meu companheiro Lucas Marra.

AGRADECIMENTOS

Às energias e conexões universais que me guiaram durante a realização deste trabalho.

À música, cuja presença trouxe paz e manteve minha sanidade (quase) intacta ao longo desta jornada.

Ao meu companheiro de vida, Lucas Marra.

À minha orientadora Rita Caribé, pelo constante apoio, pela paciência e por tornar esta caminhada menos desafiadora.

Aos familiares e amigos que estiveram ao meu lado durante essa trajetória: Mylenna, Léo, Helena e Vanessa.

Aos bibliotecários do Tribunal Superior Eleitoral, pela liberdade criativa proporcionada durante o período de estágio, pelas correções e pelo apoio constante: Sabrina, Janete, Ludmila, Telia, Lígia e Geraldo.

À minha amiga Amanda Machado, pela companhia, memes e (desa)conselhos.

Aos meus amigos de curso por dividirem o desespero, em especial Pedro Artur, Lucas de Paulo, João Rafi, Lorena Fernandes e Rafael Ribeiro.

Ao psicólogo Rian Ramon, que me acompanhou com muita paciência.

Aos bibliotecários do Superior Tribunal de Justiça, pela compreensão e inspiração: Allan Rafael, Betânia, Sidnei, Rafaella, Ronaldo e Arlan.

Aos amigos e colegas de ambos os tribunais, que acolheram minhas diferenças: Luciana, Jeo, Isla, Taty, Walleison, Dona Deusa e Doglas.

"Os conceitos não são verdades absolutas e eternas, mas estratégias do pensamento para lidar com problemas e questões" (Feitosa, 2004, p. 27)

RESUMO

Analisa as mudanças implementadas na 8ª edição do Tesouro da Justiça Eleitoral (TJE) e as considerações dos bibliotecários sobre seus impactos em relação à 7ª edição. O problema identificado está relacionado à necessidade de constante atualização dos vocabulários controlados para garantir a eficiência na indexação e recuperação da informação. A reformulação do TJE trouxe modificações no *software* de gerenciamento do tesouros, na abrangência e na estrutura do vocabulário, as quais foram objeto desta pesquisa. Entre os objetivos específicos, destacam-se a verificação das visões de uso dos softwares de gerenciamento de tesouros, a comparação da 7ª e 8ª edição do tesouro e a análise das percepções dos bibliotecários acerca das mudanças realizadas na 8ª edição. A metodologia adotada incluiu pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa e quantitativa, além de entrevistas estruturadas para a coleta de dados. Os resultados evidenciaram a complexidade envolvida na criação e reformulação de um tesouro. A reestruturação do Tesouro da Justiça Eleitoral exigiu a exclusão de termos obsoletos e a adaptação do vocabulário à realidade institucional. Além disso, dificuldades relacionadas à instalação e uso do software Tematres foram relatadas, refletindo os desafios enfrentados pela equipe no processo de atualização. Concluiu-se que a reformulação do tesouro foi essencial para adequá-lo às mudanças institucionais, tornando-o mais especializado na área eleitoral e político-partidária. Embora o foco nas percepções dos bibliotecários tenha limitado a análise, o estudo contribui ao evidenciar a importância da avaliação contínua de tesouros.

Palavras-chave: Tesouro da Justiça Eleitoral; avaliação de tesouros; vocabulário controlado; softwares de gerenciamento de tesouros.

ABSTRACT

This study analyzes the changes implemented in the 8th edition of the Electoral Justice Thesaurus (TJE) and the considerations from the librarians and its impacts. The identified problem is related to the needs of constant updates of the controlled vocabularies which guarantees the efficiency in the indexing and information retrieval. The reformulation of the TJE brought changes to the thesaurus management software, the scope and structure of the vocabulary, which were the subject of this research. Among the specific objectives, the most important are to verify the use of thesaurus management software, compare the 7th and 8th editions of the thesaurus and analyze librarians' perceptions of the changes made in the 8th edition. The methodology adopted includes bibliography and documental research with qualitative and quantitative approach, as well as structured interviews for data collection. The results has shown the complexity involving the creating process to build and revision the thesaurus. The restructuring of the TJE demanded the exclusion of obsolete terms such as the vocabulary adaptation to the new institutional reality. In addition, difficulties related to the installation and use of the Tematres software are described, reflecting the challenges faced by the team during the update. It was concluded that the thesaurus reformulation was essential for institucional changes, making it the most specialized in the electoral and political areas.

Keywords: Thesaurus of Electoral Justice; thesaurus evaluation; controlled vocabulary; thesaurus management software.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Organograma do TSE

36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Bases de dados pesquisadas, expressões, sintaxe e critérios de busca	22
Quadro 2 – Descrição dos símbolos utilizados em tesauros	28
Quadro 3 – Critérios para avaliação de tesauros	31
Quadro 4 – Comparação de funcionalidades e requisitos entre <i>MultiTes</i> e <i>TemaTres</i>	45

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Principais aspectos das mudanças no TJE	50
Gráfico 2 – Critérios para a seleção de novos termos	51
Gráfico 3 – Adequação das notas de escopo	52
Gráfico 4 – Expectativas quanto às notas de escopo	53
Gráfico 5 – Avaliação da adequação temática	54
Gráfico 6 – Avaliação da estrutura da 7ª edição	55
Gráfico 7 – Adequação das necessidades de indexação	56
Gráfico 8 – Desafios enfrentados na reformulação do tesauro	58
Gráfico 9 – Periodicidade das revisões	59
Gráfico 10 – Avaliação da eficácia dos <i>softwares</i> utilizados durante as mudanças	60
Gráfico 11 – Desafios encontrados durante o uso do <i>Multites</i>	61
Gráfico 12 – Desafios encontrados durante o uso do <i>Tematres</i>	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AB	Abbreviation; Abreviatura
ANSI	American National Standards Institute
BRAPCI	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BT	Broader term
BTG	Broader term (generic)
BTI	Broader term (instantial)
BTP	Broader term (partitive)
CRB	Conselho Regional de Biblioteconomia
CSV	Comma-Separated Values
E-LIS	E-Prints in Library & Information Science
FT	Full term
HTML	HyperText Markup Language
HTTP	Web HyperText Transfer Protocol
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISO	International Organization for Standardization
LISA	Library & Information Science Abstracts
MADS	Metadata Authority Description Schema
MARC21	Machine Readable Cataloging
NE	Nota explicativa
NISO	National Information Standards Organization
NT	Narrower term
NTG	Narrower term (generic)
NTI	Narrower term (instantial)
Oasisbr	Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto
OC	Organização do Conhecimento
PDF	Portable Document Format

PHP	Hypertext Preprocessor
POC	Processos de Organização do Conhecimento
RDF	Resource Description Framework
Rede RVBI	Rede Virtual de Bibliotecas
Reje	Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral
RIUnB	Repositório Institucional da UnB
RT	Related term
RTF	Rich Text Format
SKOS	Simple Knowledge Organization System
SN	Scope note
SOC	Sistemas de Organização do Conhecimento
SQL	Structured Query Language
SRI	Sistema de Recuperação da Informação
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
STM	Superior Tribunal Militar
TA	Termo associado
TC	Termo completo
TE	Termo específico
TEG	Termo específico de gênero
TEI	Termo específico de instância
TEP	Termo específico partitivo
TG	Termo geral
TGG	Termo geral de gênero
TGI	Termo geral de instância
TGP	Termo geral partitivo
TJE	Tesouro da Justiça Eleitoral
TR	Termo relacionado

TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TRE-SC	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TXT	Text File
UF	Used for
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UP	Usado para
USP	Universidade de São Paulo
VDEX	Vocabulary Definition Exchange
XML	Extensible Markup Language

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO E O REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA	19
2.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	20
2.2.1 Objetivo geral	20
2.2.2 Objetivos específicos	20
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
3.1 SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO	23
3.1.1 Tesouros	24
3.2 AVALIAÇÃO DE TESAUROS	29
3.3 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	34
3.3.1 Biblioteca Professor Alysso Darowish Mitraud	37
3.3.2 Tesouro da Justiça Eleitoral	38
3.4 <i>SOFTWARES</i> DE GERENCIAMENTO DE TESAUROS	43
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	47
5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS	49
6 CONCLUSÃO	64
REFERÊNCIAS	66
APÊNDICE A – ENTREVISTA	71

1 INTRODUÇÃO

Processos de organização e recuperação são fundamentais para o funcionamento de sistemas de informação. Neste contexto, o tesouro proporciona uma estrutura organizada de termos que facilita a indexação e a busca por informações. No entanto, é necessário que ele passe por revisões e atualizações periódicas para evitar a obsolescência dos termos e assegurar que essa ferramenta permaneça relevante no processo de recuperação da informação, atendendo às necessidades dos usuários e acompanhando as mudanças constantes nas áreas de conhecimento.

O Tesouro da Justiça Eleitoral (TJE) é um exemplo de como um vocabulário controlado pode evoluir para atender às demandas informacionais de uma determinada área. A 7ª edição do TJE¹ passou por um processo de reformulação e reestruturação, e a 8ª edição², ainda em construção, está sendo desenvolvida com base nas necessidades identificadas pelos profissionais da informação que o utilizam. Esse processo visa não apenas atualizar termos, mas também melhorar a gestão e a navegabilidade do tesouro.

Em relação à sua organização, o trabalho é composto por seis capítulos, além de referências e apêndice, como demonstrado a seguir.

O primeiro capítulo apresenta a introdução, onde o tema da pesquisa é delineado. No segundo, são detalhados o objeto de estudo, a definição do problema, assim como a justificativa que aponta a relevância do estudo. Também são estabelecidos o objetivo geral e os objetivos específicos que orientam a pesquisa.

No terceiro capítulo, a revisão da literatura é estruturada em seções que abordam conceitos relevantes para o estudo. Começa com a definição de sistemas de organização do conhecimento (SOC). Em seguida, são detalhados os conceitos de tesouros e da avaliação de tesouros. Além disso, o capítulo inclui uma síntese a respeito do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), da Biblioteca Professor Alysson Darowish Mitraud e do TJE, que é o objeto da presente pesquisa. Por último, são discutidos os *softwares* de gerenciamento de tesouros utilizados no tribunal: *MultiTes*³ e *Tematres*⁴.

O quarto capítulo trata dos procedimentos metodológicos, detalhando a abordagem

¹ Disponível em: <https://www.tse.jus.br/institucional/biblioteca/tesouro-da-justica-eleitoral>. Acesso em: 19 set. 2024.

² Até o momento da realização desta pesquisa, não foi encontrada previsão para a publicação da oitava edição do Tesouro da Justiça Eleitoral.

³ *Software* proprietário de criação e gerenciamento de tesouros, taxonomias e outros tipos de vocabulários controlados.

⁴ *Software* livre para gerenciar e explorar vocabulários, tesouros, taxonomias e representações formais de conhecimento.

escolhida para conduzir a pesquisa. Nele, é apresentada a caracterização da pesquisa, incluindo sua classificação e o instrumento selecionado para a coleta dos dados.

No quinto capítulo, são apresentados os dados da pesquisa, incluindo informações sobre a amostragem, as perguntas feitas aos entrevistados e gráficos que ilustram os dados quantitativos e respostas.

O sexto capítulo é reservado para a discussão dos resultados e a conclusão do estudo. Ademais, o trabalho inclui as referências, onde são listadas as obras utilizadas e o apêndice que contém a entrevista estruturada utilizada na coleta de dados.

Desta forma, o presente estudo pretende contribuir para o entendimento dos processos de avaliação de tesouros, destacando a importância da adaptação constante dos vocabulários controlados para atender às demandas institucionais.

2 CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO E O REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

Para atender às necessidades dos usuários, um sistema de informação deve oferecer ferramentas eficazes de organização da informação e do conhecimento. Logo, em setores especializados, é necessário que tais instrumentos acompanhem as evoluções conceituais a fim de recuperar informações relevantes para o usuário. De acordo com Moreira e Moura (2006), o tesouro possui diversos usos, entre eles pode ser utilizado para o auxílio na indexação e para o auxílio na recuperação de informações contidas em documentos.

Campos e Gomes (2006, p. 2) definem tesouro como “[...] relação de termos de um domínio, relacionados entre si, com objetivo de indexação/recuperação em um sistema de recuperação de informação”. Diante disso, por ser um vocabulário controlado, essa ferramenta se torna necessária para o controle terminológico em sistemas de recuperação da informação.

O TJE tem a função de padronizar a “[...] linguagem de representação temática dos documentos constitutivos das bases de informação mantidas pelos tribunais regionais eleitorais e pelo Tribunal Superior Eleitoral” (Brasil, 2010, p. 11). Para cumprir o seu objetivo, ele deve ser constantemente atualizado para manter a atualidade temática da área de cobertura. Para isso, a gestão do tesouro deve avaliar e realizar mudanças, caso haja interesse, para obter o controle de qualidade.

De acordo com Souto (2003, p. 77), “Se uma linguagem de indexação estiver em constante avaliação, é possível garantir sua atualização”. Ao estudar a reformulação de um tesouro, é possível entender como as mudanças ocorridas no contexto social, cultural e tecnológico afetam a gestão da informação. Dessa forma, o estudo pode contribuir para a melhoria da gestão da informação em diferentes contextos, desde instituições governamentais e empresariais até bibliotecas e arquivos.

O TJE passou por uma reestruturação em 2022 quando foram alterados diversos aspectos que serão identificados e analisados neste estudo. Entretanto houve alteração do *software* utilizado para seu gerenciamento, da área de abrangência e da estrutura. Diante do exposto, quais foram as mudanças realizadas no TJE e qual o impacto (antecipado) percebido pelos bibliotecários?

2.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

2.2.1 Objetivo geral

Analisar as mudanças realizadas na 8ª edição do Tesauro da Justiça Eleitoral, que está em desenvolvimento.

2.2.2 Objetivos específicos

- Verificar as percepções de uso dos *softwares* de gerenciamento de tesouros utilizados no tribunal;
- Comparar as duas versões do TJE, a 7ª e a 8ª edição, identificando mudanças nos termos e suas estruturas conforme os bibliotecários;
- Analisar as percepções dos bibliotecários acerca das mudanças realizadas na 8ª edição do tesauro, levando em consideração que a versão ainda está em desenvolvimento.

3 REVISÃO DE LITERATURA

De acordo com Marques (2015), o processo de planejamento para conduzir a revisão bibliográfica deve abordar as seguintes questões com o objetivo de determinar a necessidade da revisão: objetivo da pesquisa; questões a serem respondidas; estratégia utilizada (palavras-chave, locais de busca, delimitação do escopo); critérios de seleção de estudo e procedimentos; critérios de qualidade dos estudos; definição da estratégia de seleção dos dados; definição da síntese dos dados extraídos.

A revisão de literatura objetivou identificar trabalhos acerca da temática principal, avaliação de tesouro e, também, temas correlatos, como os SOC e a comparação entre *softwares* de gerenciamento de tesouros.

Com o intuito de responder às questões levantadas, foram utilizadas 7 bases de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), *ProQuest*, Repositório Institucional da UnB (RIUnB), Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr), *E-Prints in Library & Information Science* (E-LIS), Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e Portal de Periódicos da CAPES. As palavras-chave utilizadas foram: tesouro, vocabulário controlado, linguagem de indexação, atualização, avaliação, avaliação de tesouro e comparação. O Quadro 1 exemplifica as bases de dados pesquisadas, expressões, sintaxe e critérios de busca:

Quadro 1 – Bases de dados pesquisadas, expressões, sintaxe e critérios de busca

Base pesquisada	Data	Expressão e critérios de busca utilizados	Tipo de busca	N. registros recuperados
BDTD	jul.2024	avaliação AND vocabulário controlado comparação AND vocabulário controlado avaliação AND tesouro comparação AND tesouro atualização AND tesouro	Básica	140 65 32 22 21
BRAPCI	jul.2024	avaliação AND tesouro avaliação AND vocabulário controlado atualização AND tesouro comparação AND tesouro comparação AND vocabulário controlado	Básica	29 15 14 10 3
Portal de Periódicos da CAPES	jul.2024	Busca por: Qualquer campo é (exato) “ <i>thesaurus</i> ” E Qualquer campo é (exato) “ <i>evaluation</i> ”, limitada em artigos e capítulos de livros de acesso aberto, revisados por pares da última década.	Avançada	109
E-LIS	jul.2024	Busca por “ <i>thesaurus evaluation</i> ” na categoria “Linguagens de indexação, processos e esquemas”, de trabalhos publicados nos idiomas inglês, espanhol, italiano ou português.	Avançada	62
Oasisbr	jul.2024	(Todos os campos: thesau* OR “controlled vocabulary” OR "indexing language" E Todos os campos:evaluation)	Avançada	111
ProQuest	jul.2024	Busca por ti(<i>thesaurus</i>) OR ti(<i>thesauri</i>) OR ti("controlled vocabulary") OR ti("indexing language") AND <i>evaluation</i> , limitada em Texto completo e Revisado por especialistas nos idiomas inglês, espanhol, português e francês	Avançada	20
RIUnB	jul.2024	Navegação por assunto: “Tesouros”	Básica	9

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Conforme exposto anteriormente, o processo de revisão iniciou-se com buscas nas bases de dados citadas. As estratégias de busca que, incluem a pesquisa por títulos, assuntos e buscas gerais, foram definidas e aplicadas. Além disso, a busca foi limitada a publicações revisadas por pares e em idiomas como inglês, português, espanhol, italiano e francês. Os resultados obtidos foram extraídos das bases e padronizados em planilhas, logo, as colunas foram organizadas de forma a facilitar a análise subsequente.

Utilizou-se o *OpenRefine*⁵ para a limpeza e o agrupamento dos trabalhos repetidos. Durante esse processo, observou-se que alguns trabalhos apresentavam metadados inconsistentes, como a ausência de resumos nos campos destinados a essa informação. Esses trabalhos foram excluídos da análise para manter a qualidade e a consistência dos dados. Outra exclusão refere-se aos trabalhos que não atendiam aos critérios estabelecidos. Para isso, foi realizada a análise dos metadados, incluindo título, resumo e palavras-chave.

A respeito da inclusão dos trabalhos, foi realizada uma leitura técnica e incluídos apenas os trabalhos que abordavam a avaliação e/ou comparação de tesouros e *softwares* de gerenciamento de tesouros, com foco nos *softwares* utilizados pelo Tribunal. Foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental voltada para escrever capítulos que são a base deste estudo. Os trabalhos consultados forneceram suporte teórico, contribuindo para a estruturação e fundamentação da pesquisa.

3.1 SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO (SOC)

O conhecimento, sempre em crescimento e transformação, é adquirido em relação a algo pré-existente, permitindo raciocínio e conclusões. A criação de conhecimento é essencial para a racionalidade humana, desenvolvendo-se instintivamente em um processo que identifica e compara características de objetos, iniciando uma classificação do objeto (Carlan; Medeiros, 2011). Nesse contexto, a Representação do Conhecimento é realizada por meio de tipos de SOC, que são sistemas que representam um domínio específico através da sistematização dos conceitos e das relações semânticas que se estabelecem entre eles (Brascher; Café, 2008). Propõe-se tratar inicialmente a respeito da organização do conhecimento, diferenciando da organização da informação, e da representação do conhecimento.

Brascher e Café (2008) definem a Organização da Informação como um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais cujo resultado é a

⁵ *Software* de código aberto para limpeza e transformação de dados.

Representação da Informação. Em contrapartida, a Organização do Conhecimento é compreendida "[...] como o processo de modelagem do conhecimento que visa a construção de representações do conhecimento" (Brascher; Café, 2008, p. 8). Conforme as autoras, este processo é fundamentado na análise do conceito e de suas características para estabelecer a posição que cada conceito ocupa em um domínio específico, bem como suas relações com os demais conceitos que compõem esse sistema.

De acordo com a perspectiva de Garcia Marco (1995), a Organização do Conhecimento é uma disciplina científica, sujeita ao método científico, de caráter aplicado, cujo objetivo prático específico é otimizar a circulação do conhecimento nas sociedades, com apoio teórico distribuído por um amplo número de ciências, desde a Linguística e a Teoria da Classificação até a Inteligência Artificial e a Informática. Bem como, ela deve "Propor métodos interdisciplinares para a construção de sistemas de conceitos, linguagens documentárias e sistemas de armazenamento e recuperação de informação" (Barité, 2001, p. 57, tradução nossa).

Segundo Hjørland (2016), os dois principais aspectos da Organização do Conhecimento (OC) são: (1) os processos de organização do conhecimento (POC); e (2) os SOC, que envolvem a seleção de conceitos com uma indicação de relações semânticas. Retomando a ideia de Barité *et al.* (2013, p. 136), a representação do conhecimento é definida como um "ramo da Organização do Conhecimento que abrange o conjunto dos processos de simbolização notacional ou conceitual do conhecimento humano em qualquer disciplina".

Conforme Prado (2020, p. 40),

[...] os SOC viabilizam a organização do conhecimento a partir da identificação dos conceitos que compõem uma determinada área de especialidade. Assim, demonstram como os conceitos se relacionam entre si e quais são as características que se destacam para um determinado grupo de usuários com o auxílio da terminologia do domínio.

De acordo com Hodge (2000, p. 3, tradução nossa), os SOC “[...] são fundamentais para organizar a informação, eles estão no coração de todas as bibliotecas, museus e arquivos”. São exemplos de SOC: sistemas de classificação, listas de cabeçalhos de assuntos, tesouros, ontologias e outros sistemas de metadados (Hjørland, 2016).

3.1.1 Tesouros

Conforme Moreira, Alvarenga e Oliveira (2004), o tesouro serve como uma ferramenta tanto para o usuário que realiza busca de informações, quanto para o indexador durante a classificação. Ele ajuda ambos os tipos de usuários a identificar os termos mais adequados para representar um tópico, devido à sua estrutura. Sendo assim, como afirma Suaiden (2014), o tesouro é útil tanto para indexadores, como para pesquisadores, professores e profissionais da informação em geral.

Diante disso, o tesouro desempenha um papel essencial em um sistema de recuperação da informação (SRI), pois determina quais termos podem ser utilizados no sistema para garantir um resultado de busca satisfatório e, além de permitir a adição de novos termos à sua estrutura, aproximando a linguagem do usuário à do sistema, o que possibilita modificações nos significados dos termos existentes (Moreira; Alvarenga; Oliveira, 2004).

Segundo Vickery (1960, p. 181-189 *apud* Dodebei, 2002), a palavra tesouro, derivada do latim *thesaurus* e do grego *thesaurós*, surgiu na Grécia com o significado de *Treasury* ou *Storehouse* (tesouro ou armazenagem/repositório), sendo que, em 1936, o *Oxford English Dictionary* definiu a expressão inglesa como um dicionário, enciclopédia e similares. Em 1852, Peter Mark Roget lançou o *Thesaurus of English Words and Phrases*, um dicionário onde as palavras foram reunidas em ordem distinta da alfabética, agrupadas por conceitos, diferenciando de um dicionário tradicional.

Desde 1940, o termo tesouro passou a ser empregado na área da Ciência da Informação e, especialmente, na recuperação da informação, como um recurso que pode transmitir conceitos e suas interações presentes na linguagem dos documentos, de forma organizada e estruturada (Dodebei, 2002).

Ao longo da história, algumas normas e diretrizes foram elaboradas para garantir que os tesouros sejam criados de maneira consistente e eficaz. Conforme Alvares ([20--]), a *International Organization for Standardization* (ISO) 2788:1986 é uma norma que fornece diretrizes gerais para a construção e formatação de tesouros; a ISO 5964:1985 é uma norma específica para tesouros multilíngues e a *American National Standards Institute/National Information Standards Organization* (ANSI/NISO) Z39.19-2003 é uma norma americana que define diretrizes para a construção e formatação de tesouros. No entanto, as normas ISO 2788:1986 e ISO 5964:1985 foram substituídas pela ISO 25964-1:2011 para criação e manutenção de tesouros e pela ISO 25964-1:2013 para a interoperabilidade entre diferentes tesouros e outros tipos de vocabulários estruturados.

De acordo com a ISO 25964-1 (2011), a norma oferece diretrizes para o desenvolvimento e manutenção de tesouros destinados à recuperação de diversos tipos de

recursos, independentemente do meio utilizado (texto, som, imagem, objeto físico ou multimídia), incluindo bases de conhecimento e portais, bases de dados bibliográficas, textos, coleções de museus ou multimídia, e os itens contidos nesses recursos. Ela também apresenta um modelo de dados e um formato recomendado para a importação e exportação de dados de tesouros monolíngues e multilíngues (International, 2011).

Segundo Dodebei (2002), a utilização de tesouros em atividades de indexação e recuperação de informações busca solucionar a questão da distribuição de documentos em categorias temáticas. Isso se deve não apenas à sua habilidade de controlar o vocabulário, mas também por ser uma ferramenta que conecta descritores/termos de maneira mais consistente, exibindo uma estrutura sintética simplificada e uma rede de referências cruzadas.

Diante do exposto, Moreira e Moura (2006, *online*), defendem que a criação de um tesouro é uma atividade intelectual que requer ações específicas para alcançar os objetivos daqueles que se dedicam a essa tarefa. Isso inclui o conhecimento dos documentos produzidos na área, a compreensão dos termos usados e a formação de conceitos para explicar os termos. A elaboração de um tesouro demanda uma postura adaptável para acomodar as mudanças que a linguagem sofre ao longo de seu desenvolvimento, sem abandonar os conceitos, mas com uma atitude aberta para seu próprio desenvolvimento (Moreira; Moura, 2006, *online*).

Conforme estabelecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1973, a definição de tesouro pode ser expressa tanto em termos de sua **função** quanto de sua **estrutura**. Em termos de função, um tesouro é uma ferramenta de controle terminológico usado para traduzir a linguagem natural para a linguagem artificial. Em termos de estrutura, um tesouro é um vocabulário controlado e dinâmico de termos semanticamente e genericamente relacionados que cobre, de forma abrangente, um domínio específico do conhecimento.

Cavalcanti (1978, p. 27) afirma que tesouro é

[...] uma lista estruturada de termos associados empregada por analistas de informação e indexadores, para descrever um documento com a desejada especificidade, em nível de entrada, e para permitir aos pesquisadores a recuperação da informação que procuram.

Ainda permeando os conceitos dispostos na literatura, Currás (1995, p. 88) define o tesouro como "uma linguagem especializada, normalizada, pós-coordenada, usada com fins documentários, onde os elementos linguísticos que a compõem – termos, simples ou compostos – encontram-se relacionados entre si sintática e semanticamente".

Quanto à sua estrutura, Dodebei (2002, p. 66) afirma que o tesauro “apresenta um relacionamento lógico e hierárquico dos descritores, o que contribui para a indexação dos documentos ao nível específico e/ou genérico”. Além disso, segundo Moreira e Moura (2006, *online*), cada palavra ou expressão é denominada **termo**, equivalente a um conceito associado a uma designação construída por uma ou mais unidades léxicas. Logo, o controle é essencial para manter a relação de um termo para cada conceito e vice-versa. Os termos que representam um conceito são chamados de **descritores**, enquanto os demais são denominados **não-descritores** e compõem o conjunto das remissivas.

Diante disso, Austin e Dale (1993) ressaltam dois métodos principais empregados em tesouros para controlar um vocabulário. O primeiro é a utilização dos termos sendo intencionalmente limitada aos significados escolhidos. Sendo assim, diferente de um dicionário, onde um termo pode ter várias definições, cada termo de um tesouro é restrito a um único significado que melhor atenda às necessidades de um sistema de indexação.

A estrutura de um tesouro, especialmente sua representação de relações hierárquicas, normalmente indica o significado pretendido para um termo. Se esse significado não for suficientemente claro, uma definição, nota explicativa ou nota de escopo (NE) deve ser acrescentada ao termo. Esta nota deve especificar o significado escolhido e, também, pode indicar outros significados usados na linguagem comum que foram intencionalmente descartados para fins de indexação (Austin; Dale, 1993). O segundo método é a seleção de um termo preferido quando um conceito puder ser expresso por um ou mais sinônimos. Além disso, há outras formas como a escolha de formas singulares ou plurais e, também, quando um termo composto pode ser mantido em sua forma pré-coordenada ou ser dividido em componentes distintos (Austin; Dale, 1993).

Conforme mencionado por Austin e Dale (1993), as três classes de relações básicas entre os termos são reconhecidas nos tesouros: relação de equivalência; relação hierárquica; e relação associativa. A relação de equivalência acontece quando o termo preferido e o não-preferido são considerados como referentes ao mesmo conceito, para fins de indexação. Na sequência, há a relação hierárquica, que se baseia em graus ou níveis de superordenação ou subordinação, onde o termo subordinado se refere a seus membros ou partes. Além disso, as relações associativas englobam as relações entre termos que não pertencem a um conjunto equivalente e nem podem ser hierarquizados onde um termo é subordinado ao outro (Austin; Dale, 1993, p. 50). A respeito dos relacionamentos entre termos, Gomes (1990, p. 40) indica os seguintes tipos: relacionamento lógico: genérico/específico, analítico, oposição;

relacionamento ontológico: partitivo, sucessão, material-produto; relacionamento de efeito: causalidade, instrumental, descendência.

Como apontam Maculan e Aganette (2017), há símbolos e abreviaturas que são utilizadas como prefixos dos termos, cada uma com um significado específico que identificam as diferentes relações no tesauro, conforme o Quadro 2:

Quadro 2 – Descrição dos símbolos utilizados em tesauros

Símbolo das relações	Descrição
Equivalência (sem especificação) USE; UF / USE; UP	USE, apontando o descritor preferencial; UF (<i>used for</i> ; UP: usado para), apontando o descritor não preferencial
Equivalência (com especificação) USE; UF / USE; UP FT; AB / TC; AB *Outros	USE, apontando o descritor preferencial; e UF (<i>used for</i> ; UP: usado para), apontando o descritor não preferencial FT (<i>full term</i> ; TC: termo completo), apontando o descritor do nome completo; e AB (<i>abbreviation</i> ; abreviatura), apontando o descritor do nome abreviado ou sigla *Recomendação para subdividir as relações de equivalência para refinamento da semântica das ligações estabelecidas entre conceitos
Hierárquica (sem especificação) BT; TG NT; TE	BT (<i>broader term</i> ; TG: termo geral), apontando o descritor da classe mais geral NT (<i>narrower term</i> ; TE: termo específico), apontando o descritor mais específico
Hierárquica (com especificação) BTG; NTG / TGG; TEG BTP; NTG / TGP; TEP BTI; NTI / TGI; TEI	BTG (<i>broader term (generic)</i>); TGG: termo geral de gênero); BTP (<i>broader term (partitive)</i>); TGP: termo geral partitivo); BTI (<i>broader term (instantial)</i>); TGI: termo geral de instância), apontando o descritor da classe mais geral NTG (<i>narrower term (generic)</i>); TEG: termo específico de gênero); NTP (<i>narrower term (partitive)</i>); TEP: termo específico partitivo); NTI (<i>narrower term (instantial)</i>); TEI: termo específico de instância), apontando o descritor mais específico
Associativa RT; TR; TA	RT (<i>related term</i> ; TR: termo relacionado; TA: termo associado), apontando para o descritor sugerido para ser levado em consideração
Associativa (com especificação) RT; TR; TA *CAUSE/EFFECT; CAUSA/ EFEITO	RT (<i>related term</i> ; TR: termo relacionado; TA: termo associado), apontando para o descritor sugerido para ser levado em consideração *Recomendação para subdividir as relações específicas para refinamento da semântica das ligações estabelecidas entre conceitos

Fonte: Maculan e Aganette (2017, p. 109).

Dodebei (2002, p. 68) conclui que as “contribuições para a determinação do universo conceitual se iniciam com Soergel (1974), para quem a seleção dos termos pode ser obtida através de uma série de fontes de informação”. As fontes de informações são compreendidas em dois tipos distintos: as fontes de informação primárias, como listas de pesquisas retrospectivas, perfis de interesse, discussões com usuários em potencial; e fontes secundárias, que incluem listas de descritores, esquemas de classificação, outros tesauros, tratados de terminologia, enciclopédias, dicionários, glossários, sumários e índices de manuais e livros técnicos.

Referente à coleta, há diferentes métodos para a seleção de termos para a criação e manutenção de um tesouro. A garantia literária, fundamento a partir do qual se realiza o processo indutivo, foi idealizada por E. Wyndham Hulme, em 1911, que defendia a construção de classificações do conhecimento a partir das classes existentes na literatura (Ferreira, 2020). A garantia do usuário (*User warrant*), usado por Lancaster (1986), é um conceito que justifica a inclusão de um termo com base no interesse dos usuários do serviço de informação. No entanto, certos termos não se baseiam em garantia literária ou de usuário, mas são incluídos em um vocabulário padronizado devido à sua utilidade funcional estrutural, pois contribuem para conectar termos em uma hierarquia ou permitem organizar um conjunto mais detalhado de termos (Moreira; Moura, 2006, *online*).

A apresentação do tesouro, por sua vez, pode ocorrer de diferentes formas. Neste trabalho, em conformidade com Austin e Dale (1993), são discutidas as seguintes maneiras: apresentação alfabética, apresentação sistemática e apresentação gráfica. Na apresentação alfabética, todos os termos de indexação, preferidos ou não-preferidos, estão organizados em uma só sequência alfabética e, em geral, os termos não-preferidos são acompanhados dos equivalentes preferidos. Já na apresentação sistemática, os termos são ordenados de acordo com seus significados e suas inter-relações lógicas a partir das categorias. Por último, na apresentação gráfica, os termos de indexação e suas inter-relações são dispostos em uma figura bidimensional, permitindo ao indexador ou usuário associar uma série de termos inter-relacionados.

3.2 AVALIAÇÃO DE TESAUROS

Conforme Boccato e Fujita (2006), a avaliação de uma linguagem documentária, tanto do ponto de vista do indexador quanto do usuário/pesquisador, é essencial para determinar o

impacto de sua utilização no desempenho de um sistema de informação. As autoras também afirmam que a linguagem documentária deve estar alinhada com as políticas de indexação estabelecidas pelo sistema, facilitando o acesso à recuperação da informação e que esse sistema deve levar em consideração a instituição onde é desenvolvido, as expectativas e necessidades dos usuários, as características do assunto abordado, os recursos humanos, físicos e financeiros disponíveis, os produtos e serviços almejados e a relação custo/desempenho.

No que se refere à definição de avaliação, trata-se do processo de medir o valor de uma atividade ou serviço por meio da coleta de dados e estabelecimento de critérios para determinar sua qualidade e sucesso, com o objetivo de tomar decisões informadas, alocar recursos de forma eficiente e atingir os objetivos organizacionais (Lancaster, 2004; Herson; McClure, 1990). Segundo Druker (1999 *apud* Martínez Tamayo, *et al.* 2009) as avaliações podem ser qualitativas ou quantitativas, logo, ambos os critérios devem fazer parte da avaliação que se deseja realizar.

Levando em consideração esses pontos, a avaliação deverá abranger a construção, o uso e a atualização contínua do tesouro ao longo de sua vida útil (Martinez *et al.*, 2011 *apud* Righi, 2015, p. 77). Além disso, Garcia (2009) argumenta que, atualmente, o principal desafio enfrentado pelos tesouros tradicionais é a obsolescência, causada pela estaticidade dos termos e relações de indexação que limitam a recuperação de documentos apenas àqueles que utilizam os termos e conexões previamente estabelecidos.

Ao aprofundar a discussão sobre os critérios de avaliação de tesouros, Sager *et al.* (1981) sugeriram a comparação entre instrumentos de representação temática, enfatizando que é necessário analisar as diferenças e divergências entre os tesouros existentes em vários níveis, como a estrutura do conhecimento, a estrutura linguística, as características formais e a representação computacional. Além disso, os autores propuseram uma análise da estrutura linguística, da apresentação formal e computacional do instrumento, observando os termos e descritores quanto à seleção, tipo de palavra, forma e relacionamento entre eles, formato de apresentação do tesouro, tipografia, símbolos, ordenação e códigos utilizados.

Lancaster (1986) afirma que um tesouro pode ser avaliado superficialmente apenas examinando determinados aspectos de completude, por exemplo: verificação da introdução, exibições alternativas e uso correto das relações BT/NT e RT, reciprocidade entre as relações e se os termos ambíguos ou incomuns possuem explicações pelo contexto. O autor também destaca os critérios de especificidade dos termos, a aderência a padrões internacionais, o nível de pré-coordenação, entre outros.

Campos (2004) estabelece os critérios que são recomendados para fundamentar decisões sobre a adoção de um tesauro existente em um serviço de informação. São eles:

- "1. Domínio de Conhecimento coberto pelo Tesauro
2. Apresenta Introdução? Qual o conteúdo? Está redigida de forma clara a possibilitar o uso do instrumento?
3. Forma de apresentação
 - a) Apresenta parte alfabética
 - b) Apresenta parte sistemática
4. Idioma: monolíngue ou multilíngue?
5. Unidade linguística utilizada:
 - a) Conceito
 - b) Palavra
 - c) Assunto
6. Quais os tipos de relação encontrados?
7. Aspectos ligados à consistência:
 - a) Consistência das relações entre os termos?
 - b) Consistência no uso do plural e do singular?
 - c) Consistência no nível de especificidade?
8. Nota de aplicação/Esopo: apresenta a definição do termo e/ou a política de indexação?" (Campos, 2004, *online*).

Em uma análise, Barité (2007 *apud* Righi, 2015, p. 81) afirma que é possível avaliar tanto os tesouros em construção quanto os existentes, considerando os seguintes aspectos de validação:

- Sócio-linguística: quando o neologismo é regularmente usado na imprensa e pelos usuários;
- Terminológica: quando o neologismo é reconhecido em manuais, glossários, dicionários especializados ou normas técnicas;
- Linguística: quando o termo é aceito como válido na língua ou em uma especialidade;
- Jurídica: quando o termo é aceito e/ou definido em um texto legal, indicando sua relevância social e garantindo sua aceitação literária.

Por fim, Righi (2015) sintetiza os critérios encontrados na literatura para a avaliação de um tesauro, conforme detalhado no Quadro 03, destacando aspectos como a obsolescência,

garantia literária, garantia de uso e avaliação estrutural. Esses critérios são fundamentais para assegurar a eficácia de um tesouro em diversos contextos de aplicação.

Quadro 3 – Critérios para avaliação de tesouros

Critério	Definição	Aplicabilidade
Manutenção	Evitar a obsolescência do tesouro com a inserção de novos termos e de novas relações	Simple, mas onerosa. Difícil de fazer a avaliação.
Garantia literária	Realizar a garantia literária é delimitar a abrangência do tesouro definindo o domínio, os objetivos, a seleção das fontes para consulta.	Importante na construção do tesouro. Avaliação com auxílio da garantia de uso.
Garantia de uso	A garantia do usuário está fundamentada no princípio de que os termos selecionados precisam estar em conformidade com aqueles utilizados pelos usuários quando da realização das buscas.	Importante na validação dos termos utilizados na construção do tesouro. Avaliação na realização de buscas de termos colhidos nas fontes escolhidas e com os experts da área.
Garantia estrutural	Alguns termos não se apoiam nem na garantia literária nem na garantia de uso, mas são admitidos em um vocabulário normalizado porque possibilitam uma função estrutural útil	Não é usual, mas é possível acontecer. Em tesouros existentes só é possível determinar através de não conformidades.
Garantia organizacional	Um problema habitual é que a organização ou corporação gera um linguajar particular, que inclui termos próprios ou com alcances conceituais diferente dos habituais, exigindo ferramentas apropriadas.	É muito específico e exige um profundo conhecimento do domínio para determinar este tipo de garantia. Pode ser justificado também por não conformidades de outras garantias
Avaliação estrutural: forma de apresentação	Identifica como os descritores e não descritores são apresentados no tesouro	Observação na forma como os descritores e não descritores estão organizados classificando em sequência alfabética, de forma sistemática ou de forma gráfica
Avaliação estrutural: índice ou introdução	Se o tesouro apresenta algum índice ou instrumento que auxilie o uso do tesouro	Observação detalhada das partes que compõe o tesouro e sua documentação, se

		existir.
Avaliação estrutural: quanto ao tamanho	Será dada pelo número total de descritores do tesouro	Faz parte da documentação do tesouro e permite classifica-lo em micro ou macro tesouro.
Avaliação estrutural: quanto a quantidade de notas de esclarecedoras	Será dado pelo total de Notas de Escopo encontradas no tesouro	Permite apurar o quão documentado é o tesouro. Tem pouca aplicabilidade.
Avaliação estrutural quanto aos tipos de relacionamentos	Será dado pelos tipos de relacionamentos que são utilizados no tesouro. Estabelecimento de comparações por semelhança e diferença entre os conceitos.	Apurar se os tipos de relacionamentos utilizados são os preconizados pelas normas de construção.
Avaliação estrutural quanto a morfologia das palavras	Será dada pela apresentação no singular ou no plural que se dá para as palavras na construção do tesouro e também se os descritores se expressam por meio de entradas diretas, sem inversão de termos, respeitando a ordem natural das expressões.	Observação detalhada dos termos do tesouro observando palavras que sempre são usadas no plural ou se tem os termos invertidos. É importante para avaliar a construção.
Avaliação estrutural quanto ao idioma	Uso do tesouro com o idioma que tem mais afinidade	Buscas de termos no idioma que domina. Varia de usuário para usuário. Dificil aplicabilidade
Porcentagem de termos descritores que designam mais de um conceito	Fórmula matemática que permite calcular o percentual para este tipo de descritor.	Estabelece um percentual, em relação ao total, dos termos com mais de um conceito, quantificando a não conformidade. Pesquisa no tesouro.
Média de palavras por descritor	Fórmula matemática que permite calcular a média, seguida de um desvio padrão.	Estabelece o valor da média aceitável como sendo $2,0 \pm 1,0$. Permite avaliar se o tesouro poderá ser difícil de ser pesquisado. Pesquisa no tesouro.
Porcentagem de termos descritores com formação gramatical não especificada	Fórmula matemática que permite calcular o percentual de descritores com formação diferente das especificadas nas normas	Estabelece um percentual, em relação ao total, dos termos com formação diferente da preceituada nas normas. Pesquisa no tesouro.

Percentagem de termos descritores com forma de singular ou plural não especificada	Fórmula matemática que permite calcular o percentual para este tipo de descritor.	Estabelece um percentual, em relação ao total, dos termos que deveriam estar no plural ou, se no plural, deveria estar no singular.
--	---	---

Fonte: Righi (2015, p. 84-86).

Conforme discutido, critérios como garantia literária e de uso, bem como aspectos estruturais, são fundamentais para analisar o desempenho de um tesouro. Desta forma, a análise desses elementos permite determinar a adequação do tesouro ao seu propósito, contribuindo para a melhoria da gestão da informação em diferentes contextos.

3.3 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

A Justiça Eleitoral é um ramo do Poder Judiciário que tem como função principal garantir a lisura e a transparência do processo eleitoral no país. Ela é encarregada de organizar, fiscalizar e realizar as eleições, regulamentando todo o processo eleitoral. Além disso, é responsável por examinar as contas de partidos e candidatos em campanhas, controlar o cumprimento da legislação durante o período eleitoral e julgar os processos relacionados com as eleições (Brasil, [20--]a).

Assim como os demais órgãos do Poder Judiciário, a Justiça Eleitoral possui autonomia para gerir a si mesma, e suas funções administrativas incluem a organização do eleitorado nacional, a fixação de locais de votação, a gestão do processo eleitoral, a aplicação de multas a eleitores faltosos, o registro de pesquisas eleitorais, além do registro e cancelamento de partidos políticos (Brasil, [20--]b).

O TSE, como principal órgão da Justiça Eleitoral, desempenha um papel crucial na construção e exercício da democracia brasileira. Suas principais atribuições são definidas pela Constituição Federal e pelo Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15.7.1965), e atua em conjunto com os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) sendo estes responsáveis pela administração direta do processo eleitoral nos estados e municípios (Brasil, [20--]c).

A Corte do TSE é composta por sete ministros, sendo três originários do Supremo Tribunal Federal (STF), dois do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e dois representantes da classe dos juristas com notável saber jurídico e idoneidade escolhidos pelo Presidente da República, a partir de uma lista tríplice elaborada pelo STF. Cada ministro é eleito para um mandato de um biênio, sem possibilidade de recondução após dois mandatos consecutivos,

visando preservar a imparcialidade dos tribunais eleitorais e garantir a isonomia nos processos eleitorais (Brasil, [20--]c). Em 2024, a corte do Tribunal está composta pela ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha (Presidente)⁶; Kassio Nunes Marques⁷ (Vice-Presidente); André Luiz de Almeida Mendonça⁸; Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues⁹; Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto¹⁰; André Ramos Tavares¹¹.

A história da Justiça Eleitoral e do TSE estão intrinsecamente ligadas, uma vez que o Tribunal foi criado por meio do Decreto nº 21.076/1932 com o nome de Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, instalado em 20 de maio do mesmo ano em um prédio na Avenida Rio Branco, no Centro do Rio de Janeiro. No entanto, cinco anos depois, a Constituição do Estado Novo extinguiu a Justiça Eleitoral, atribuindo à União o poder exclusivo de legislar sobre matéria eleitoral (Brasil, [20--]d).

O TSE foi restabelecido em 28 de maio de 1945, através do Decreto-Lei nº 7.586/1945. No dia 1º de junho do mesmo ano, o Tribunal foi instalado no Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, sob a presidência do Ministro José Linhares, e um ano depois a sede foi transferida para a Rua 1º de Março, ainda no Rio de Janeiro (Brasil, [20--]d).

Em 1960, o TSE mudou sua sede para Brasília, em um dos edifícios da Esplanada dos Ministérios. Em 1971, a sede do Tribunal foi transferida para a Praça dos Tribunais Superiores. A sede atual, inaugurada em 2011, é de grande importância estratégica para a Justiça Eleitoral, pois reúne em um só lugar a área de informática, responsável pelo desenvolvimento e manutenção da urna eletrônica, que antes ficava em um depósito afastado da sede do TSE (Brasil, [20--]d).

A fim de assegurar a legitimidade do processo eleitoral, a estrutura organizacional do TSE passa por modificações para promover uma comunicação eficaz entre os diferentes setores. Na configuração atual, é evidente que várias secretarias estão subordinadas à Secretaria do Tribunal, e isso inclui a Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento, onde se encontra a biblioteca (Brasil, 2024). A representação visual da estrutura organizacional está contida na Figura 1.

⁶ Ministra do STF desde 2006, e foi presidente do STF de 2016 a 2018.

⁷ Ministro do STF desde 2020.

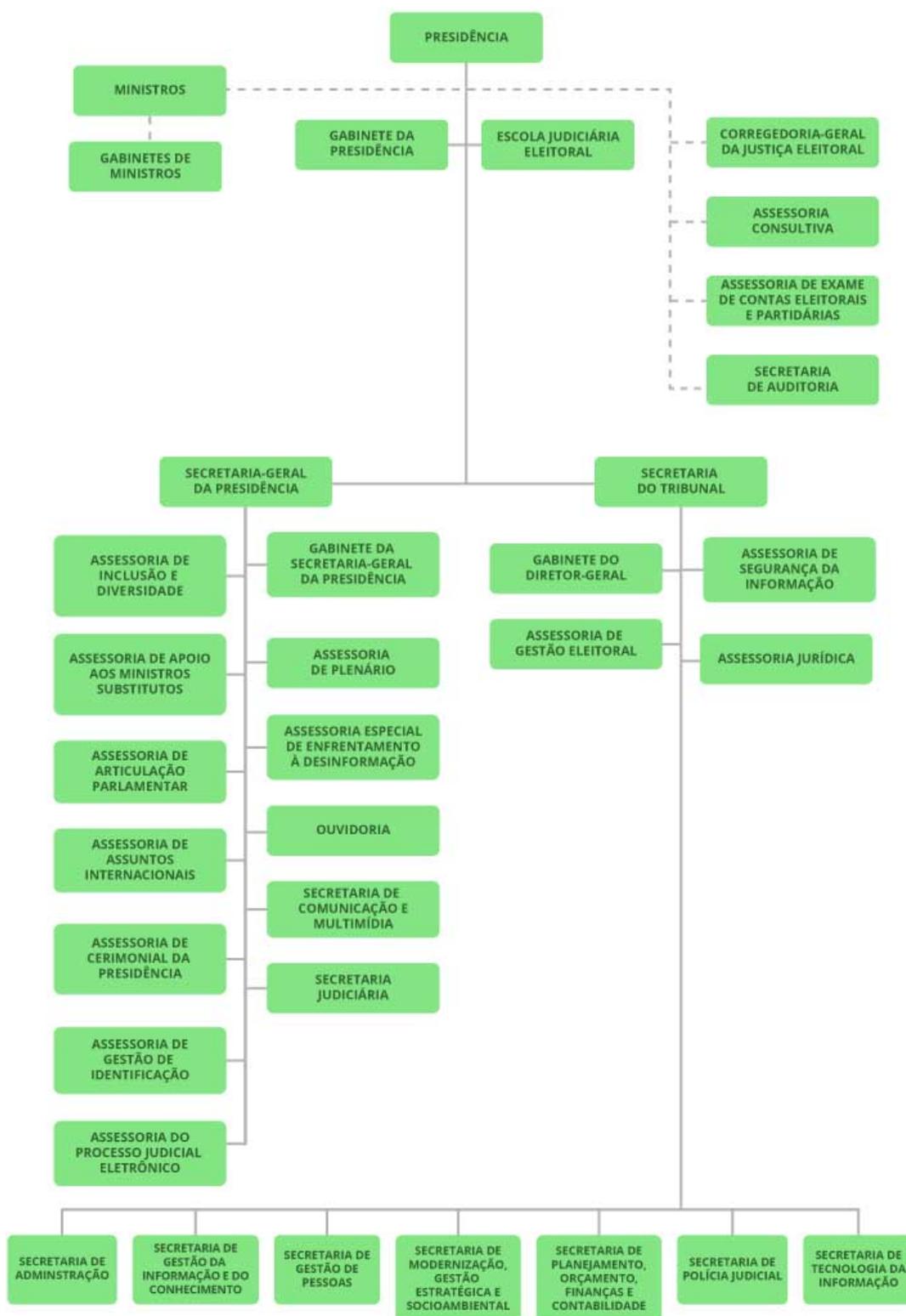
⁸ Ministro do STF desde 2021.

⁹ Ministra do STJ desde 2010.

¹⁰ Jurista e professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), onde foi diretor de 2018 a 2022.

¹¹ Jurista e professor titular de direito econômico e economia política da Faculdade de Direito da USP.

Figura 1 – Organograma do TSE



Fonte: Brasil (2024, *online*).

3.3.1 Biblioteca Professor Alysson Darowish Mitraud

A Biblioteca Professor Alysson Darowish Mitraud é de acesso público e possui importante acervo especializado em Direito Eleitoral, bem como publicações de outros ramos do Direito e de outras áreas do conhecimento como Administração, Ciência Política, Contabilidade e Economia. O objetivo é fornecer suporte para a tomada de decisões e desenvolvimento das atividades administrativas do TSE, atendendo às necessidades de seus usuários. A respeito dos serviços, o usuário pode solicitar pesquisas e, também, realizar o empréstimo de obras (Brasil, [20--]e). Além disso, a Biblioteca tem um projeto de incentivo à leitura chamado *Cora Corujita*, que dispõe de um acervo de títulos de literatura.

O histórico da biblioteca inclui mudanças no local de armazenamento do acervo, homenagens e certificações. Alguns dos eventos ocorridos, como constam no *site* oficial da Biblioteca, são:

- 1946: por indicação do Professor Francisco Sá Filho, o TSE criou a biblioteca através da Resolução nº 755, em 30 de abril de 1946;
- 1953: localizada no prédio da Rua 1º de Março - atual Centro Cultural da Justiça Eleitoral - no Rio de Janeiro, a biblioteca tinha um acervo de 1.764 obras na área do direito, bem como em ciências sociais e outras áreas do conhecimento humano;
- 1960: o acervo da biblioteca foi transferido para a sede provisória do Tribunal em Brasília, onde permaneceu até ser levado para o edifício na Praça dos Tribunais Superiores;
- 1992: a biblioteca foi instalada no térreo e subsolo do Edifício Anexo I, localizado na Praça dos Tribunais Superiores em Brasília;
- 1994: a Coordenadoria de Biblioteca aprimorou seus produtos e serviços para tornar o acesso à informação mais fácil para os usuários;
- 2005: Em 16 de fevereiro, o ex-presidente do TSE, Ministro Sepúlveda Pertence, inaugurou as novas instalações da biblioteca, que recebeu o nome Professor Alysson Darowish Mitraud em homenagem póstuma ao ex-Diretor-Geral do TSE, falecido em 10 de fevereiro de 2004, como reconhecimento dos servidores;

- 2007: A biblioteca recebeu certificação do Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB) da 1ª Região¹²;
- 2011: A Biblioteca Professor Alysson Darowish Mitraud recebeu o Certificado de Conformidade ISO 9001:2008 do Instituto Falcão Bauer de Qualidade, que abrange o Atendimento ao Usuário da Biblioteca nos Serviços de Empréstimo e Pesquisa de Material Bibliográfico;
- 2012: Com a mudança para a atual sede do TSE em Brasília, a Biblioteca Professor Alysson Darowish Mitraud ganhou mais espaço e agora oferece mais conforto aos usuários (Brasil, [20--]f).

Foi instituída, por meio da Portaria n. 452/2007, a Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral (Reje) com o propósito de interligar todas as bibliotecas eleitorais, integrando informações dos acervos em uma única base de dados (Brasil, 2007). A rede é composta pela biblioteca do TSE, que é a responsável por sua gestão, e pelas bibliotecas dos TREs, totalizando 28 bibliotecas. Ela tem como objetivos a padronização de procedimentos e o aperfeiçoamento dos registros bibliográficos existentes, e espera-se que se torne referência nacional em rede de bibliotecas e literatura em Direito Eleitoral (Brasil, [20--]g).

A Reje conta com alguns serviços como a bibliografia selecionada de acordo com temas eleitorais, o acesso a materiais digitais com enfoque em matéria eleitoral e político-partidária, através da biblioteca digital, e o *Clipping* Jurídico, que é um repositório semanal, gerenciado pelo TRE-SC, de decisões e notícias jurídicas selecionadas de outros tribunais, com destaque para o STF e o TSE, que apresentam teses jurídicas relevantes para o Direito Eleitoral (Brasil, [20--]g).

3.3.2 Tesouro da Justiça Eleitoral (TJE)

O TJE é usado para padronizar a terminologia dos termos usados nos sistemas de informação do Tribunal da Justiça Eleitoral. Desenvolvido desde 1995, o TJE é “instrumento de trabalho da Secretaria de Documentação e Informação do TSE e dos TREs que atuam na área de documentação jurídica e administrativa, seja jurisprudencial, legislativa ou doutrinária” (Brasil, 1996, não paginado). A 7ª edição, publicada em 2010, contou com a mudança de título, antes denominado “*Thesaurus*”. Além disso, as edições anteriores foram

¹² Com sede no Distrito Federal e jurisdição nos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o CRB da 1ª Região regulamenta o exercício da profissão de bibliotecário nessas áreas.

publicadas da seguinte forma: a 2ª em 1996, a 3ª em 1998, a 4ª em 1999, a 5ª em 2003 e a 6ª em 2006.

Segundo a política de representação temática do TSE, o TJE “contempla a terminologia própria das atividades da Justiça Eleitoral e cobre, de forma extensiva, as áreas específicas de interesse do Tribunal” (Brasil, 2014, *online*). Também é informado, no capítulo VII da referida política, que a Coordenadoria de Biblioteca do Tribunal utiliza o TJE como a primeira ferramenta para a tradução de análise conceitual. Adicionalmente, também indica que o TJE “deverá ser atualizado periodicamente por Comissão designada para essa finalidade” (Brasil, 2014, *online*).

A Portaria TSE nº 481/2007 estabelece a Comissão Permanente de Gerenciamento do Tesouro e aprova o regulamento proposto pela comissão. O regulamento, composto por sete artigos, define:

- Composição: composta por servidores da Secretaria de Gestão da Informação com conhecimento em Arquivologia, Biblioteconomia, Direito, Gestão Documental e Língua Portuguesa, e presidida pelo assessor de planejamento da Secretaria de Gestão da Informação ou por servidor designado pelo Diretor-Geral da Secretaria;
- Competências: elaborar uma política de uso do TJE; estabelecer os processos para adicionar, remover e modificar termos no Tesouro; entrar em contato com as áreas de documentação e informação dos TREs para obter contribuições; avaliar solicitações de inclusão, exclusão e modificação de termos no Tesouro; recomendar ao Secretário de Gestão da Informação a inclusão, exclusão e modificação de termos; integrar os termos aprovados pelo Secretário de Gestão da Informação na estrutura lógica do tesouro; supervisionar a publicação do tesouro em formatos impresso e eletrônico; orientar sobre o uso adequado do tesouro;
- Outras responsabilidades: apresentar ao Secretário de Gestão da Informação uma política de gestão do tesouro e propor alterações conforme necessário; submeter ao Secretário de Gestão da Informação um cronograma de atividades e reuniões no início de cada ano; realizar reuniões extraordinárias quando convocadas pelo presidente do comitê de gestão do tesouro; registrar as reuniões em atas que possam ser divulgadas; apresentar anualmente ao Secretário de Gestão da Informação um relatório das atividades desenvolvidas, sujeito à avaliação do Diretor-Geral da Secretaria.

A 7ª edição do tesouro conta com 15.814 entradas. Dentre essas entradas, 8.186 representam assuntos diversos, 6.359 referem-se à toponímia nacional e 1.269 à toponímia

internacional. A toponímia nacional é fundamentada na relação estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), organizando de forma hierárquica os nomes de lugares, enquanto a toponímia internacional inclui os países e entes internacionais, indicando relações hierárquicas, associativas e de equivalência (Arouck, 2019). Além disso, essa edição traz a terminologia própria das atividades da Justiça Eleitoral. O TJE é utilizado em atividades que necessitam de procedimentos de indexação, como: os arquivos, os protocolos, a Reje, os centros de memória, as coleções especiais, o Portal da Justiça Eleitoral, as centrais do eleitor, os *clippings* ou ainda as ementas de decisões (Brasil, 2010).

As principais mudanças dessa edição incluem a atualização da toponímia nacional e internacional, a criação de listas auxiliares, a descontinuação do uso de siglas, a inclusão de notas explicativas sobre partidos políticos (indicando fontes documentais e um resumo histórico) e a definição de relações hierárquicas (TG/TE). Além disso, foram inseridos termos pré-coordenados (Brasil, 2010).

Em dezembro de 2015, foi publicado um Memorando contendo a Proposta de Reestruturação do Tesouro como parte das ações para 2016. A Proposta relata que durante o período de 2010 a 2014, o tesouro passou por uma fase de reformulação da comissão de desenvolvimento, ocasionando um impacto na continuidade das ações relacionadas ao tesouro. Em 2014, uma nova comissão foi constituída com a responsabilidade de retomar as atividades e publicar uma nova edição no mesmo ano.

A Proposta aponta, também, que reuniões de trabalho foram realizadas, porém a comissão enfrentou dificuldades, especialmente devido à ausência de um documento que detalhasse a metodologia adotada até então. Em 2015, a comissão e os servidores participaram de um treinamento com a professora Marisa Brascher¹³. Esse treinamento possibilitou um breve estudo da estrutura do TJE, que revelou algumas constatações: existência de termos inconsistentes; estrutura semelhante à de um vocabulário controlado (genérico e não específico); relações inconsistentes no processo de coordenação do tesouro; abrangência em várias áreas do conhecimento; presença de termos órfãos.

Ainda de acordo com a Proposta de Reestruturação do Tesouro, foi sugerido o desenvolvimento de um tesouro especializado em matéria eleitoral e político-partidária a partir da estrutura atual, aproveitando a quantidade de termos e as relações semânticas já existentes. Por fim, apresenta a sugestão do cronograma contendo as etapas: realização de visitas técnicas; elaboração e apresentação de um plano de ação; revisão e ampliação da

¹³ Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina, reconhecida por suas contribuições no campo da organização do conhecimento e gestão de tesouros.

composição da Comissão de Gerenciamento do Tesouro, removendo o Protocolo administrativo, já que não é mais utilizado, e incluindo novos setores; publicação da nova versão em abril de 2017.

Durante o mês de janeiro de 2016, com referência às propostas apresentadas no documento *Proposta de Reestruturação do Tesouro*, a Comissão de Gerenciamento do Tesouro realizou uma série de atividades e levantamentos visando aprimorar o uso e a eficácia do tesouro dentro do Tribunal. Essas atividades, registradas em relatório, incluem a sugestão levantada de inclusão do tesouro no Planejamento Estratégico do Tribunal, bem como o estudo da possibilidade de mapeamento do processo.

O relatório destaca a visita técnica ao STF, onde a equipe obteve apoio da renomada Professora Marisa Brascher e da empresa responsável pelo *Multites*. Durante a visita foi informado que, além de implementar melhorias, foram coletados termos da base de jurisprudência, os quais foram incluídos no *Multites*. Foi constatado que o tesouro não é utilizado pela biblioteca, mas sim pela Coordenadoria de Jurisprudência e pela Seção de Legislação. Dessa forma, foi sugerido iniciar o trabalho pela demanda, coletando os termos mais comumente utilizados pelos usuários para posterior análise.

Continuando a discussão do relatório anterior, os servidores da Coordenadoria de Jurisprudência do TSE expressaram que não veem como pertinente o desenvolvimento de um tesouro específico para essa temática. No entanto, sugeriram o desenvolvimento de uma lista de termos equivalentes para aperfeiçoar o controle de sinonímia. A Comissão, por sua vez, entendeu que não seria proveitoso alterar o atual tesouro para um especializado, mas sim ampliá-lo com novos termos, seguindo os preceitos conceituais da Professora Marisa em curso ministrado.

Dando seguimento às informações apresentadas no relatório anterior, para dar continuidade ao processo, foi proposta a elaboração de um manual contendo diretrizes claras sobre a padronização dos termos, como uso de singular ou plural, siglas ou nome por extenso, e tipos de relações entre os termos. Além disso, sugeriu-se o estabelecimento de um diagrama com as áreas núcleo e periféricas do tesouro, visando facilitar sua compreensão e utilização. Também foi proposta a revisão e ampliação dos componentes da comissão de gerenciamento do tesouro, visando trazer novas perspectivas ao processo de desenvolvimento do instrumento terminológico.

Considerando as necessidades da Seção de Biblioteca, foi formalizado, via *e-mail*, a instalação do *software Tematres*, em julho de 2019 e, também via *e-mail*, o pedido à Seção de Biblioteca Digital para a vinculação do *Tematres* ao *DSpace*¹⁴.

Todavia, ao longo da pandemia, a Resolução nº 23.615/2020 do TSE foi publicada estabelecendo o regime de Plantão Extraordinário na Justiça Eleitoral como medida a fim de garantir o acesso à justiça e prevenir a propagação do coronavírus, suspendendo o trabalho presencial de magistrados, servidores, estagiários e colaboradores nas unidades judiciárias.

Diante desse contexto, estratégias foram desenvolvidas para continuar com a atualização do TJE por meio do teletrabalho. No entanto, as dificuldades enfrentadas para realizar o trabalho foram significativas. Em dezembro de 2020, uma Oficina de Elaboração e Revisão do Tesouro do TSE foi realizada, possibilitando a análise do tesouro e viabilizando a elaboração de um novo plano de trabalho. Em levantamento realizado pela estagiária da Seção de Biblioteca, em outubro de 2022, acerca dos termos, foram detectados que 258 eram novos, 1.327 foram mantidos de edições anteriores e 5.547 foram excluídos.

Durante o encontro da Reje, em dezembro de 2023, foi apresentada a prévia da nova edição do TJE. Ao longo do processo, foram realizadas duas reuniões semanais, permitindo uma análise do tesouro e discussões a respeito dos termos. Desta forma, o tesouro foi dividido em três partes entre os servidores, resultando na geração de duas listas distintas: "tesouro termos retirados" e "tesouro termos selecionados".

Segundo a apresentação, para embasar as decisões a respeito dos termos, foram utilizadas fontes como: a jurisprudência do TSE, a Rede Virtual de Bibliotecas (Rede RVBI), o Código Eleitoral, a Lei Eleitoral, dados do sistema *Aleph* utilizado pela Reje e os vocabulários controlados do Superior Tribunal Militar (STM) e do STF. Também foram apresentadas as categorias definidas pelo grupo, sendo: Administração Pública, Ciência Política, Direito, Direito Constitucional, Direito Eleitoral, Memória Eleitoral e Processo Eleitoral.

Conforme discutido durante a apresentação, a nova edição do Tesouro conta com cerca de 2.200 termos, cobrindo áreas eleitorais e de partidos políticos, além de se estender a algumas áreas do Direito, como Direito Público, Direito Constitucional e Processo Eleitoral e Penal. E, quanto à utilização, abrangerá as áreas dentro da Justiça Eleitoral: Biblioteca e Biblioteca digital; Museu; Bibliotecas regionais, Jurisprudência, Legislação, Arquivo, Internet e Intranet da Justiça Eleitoral, Protocolo e, também, na cooperação com outros tesouros. Uma

¹⁴ *Software* livre que possibilita o armazenamento, gerenciamento, preservação e visibilidade da produção intelectual em repositórios e bibliotecas digitais.

proposta importante foi levantada: a cada dois anos, uma nova edição do tesouro deverá ser disponibilizada, garantindo sua atualização contínua.

3.4 SOFTWARES DE GERENCIAMENTO DE TESAUROS

Conforme Santos, Cervantes e Fujita (2018), para auxiliar nos aspectos de construção, manutenção, busca e navegabilidade de um tesouro, é importante destacar a relevância da utilização de sistemas de informação para automatizar esses processos de gerenciamento e minimizar esforços humanos. Portanto, a escolha do *software* é fundamental para atingir os objetivos do tesouro. Sendo assim, o capítulo em questão visa apresentar, de forma breve, dois *softwares* de gerenciamento de tesouros utilizados pelo Tribunal: *MultiTes* e *TemaTres*.

O *MultiTes* é um *software* proprietário para *Windows*, que também consta uma versão *online*, destinado a criação e gerenciamento de tesouros e outros tipos de vocabulários controlados, lançado em 1983 (*Multites*, c2024). Consta no *site* algumas funcionalidades do *software*, sendo elas:

- Indicação de que o *software* é nativo de 32 bits do *Windows* e não é necessária a instalação de bibliotecas¹⁵;
- Banco de dados de arquivo único que simplifica o gerenciamento;
- Suporta os relacionamentos padrão ANSI/NISO (USE, UF, BT, NT, RT, SN) e para relacionamentos definidos pelo usuário;
- Suporte às poli-hierarquias e tesouros multilíngues;
- Verificação de conflitos entre relacionamentos e geração automática de relacionamentos recíprocos;
- Número ilimitado de termos, relacionamentos, categorias e hierarquias, conforme permitido pelos recursos do seu sistema;
- Relatórios padrão como alfabético, termo principal, hierárquico, classificado e índice rotativo;
- Formatos de saída, incluindo texto simples, *Extensible Markup Language* (XML), *Simple Knowledge Organization System/Resource Description Framework* (SKOS/RDF), *Rich Text Format* (RTF), *Comma-Separated Values* (CSV), *HyperText Markup Language* (HTML) e outros configuráveis pelo usuário;

¹⁵ No contexto de desenvolvimento de *software*, uma biblioteca é um conjunto de funções e recursos reutilizáveis que facilitam o desenvolvimento de aplicações.

- Importação de termos, relacionamentos ou tesouros completos a partir de arquivos de texto ou da área de transferência;
- Facilidade de visualização dos termos principais e dos termos não preferidos, utilizando negrito e itálico, respectivamente.

Referente aos requisitos de sistema, é necessário ter o Windows 10 ou uma versão superior, ou sistemas Windows de classe servidor. A memória RAM recomendada para o sistema que executa o *MultiTes Pro* deve ser suficiente para garantir um desempenho adequado. O software requer 10 MB de espaço em disco para a aplicação e estima-se que sejam necessários 20 MB de espaço em disco para cada 50.000 termos (*Multites*, c2024).

O *TemaTres* é uma aplicação *web* de código aberto utilizada para gerenciar e explorar vocabulários, tesouros, taxonomias e representações formais do conhecimento (Ferreira, 2021). O uso da aplicação garante a coerência e normalização da informação em um sistema, eliminando a ambiguidade, a polissemia e a sinonímia do vocabulário controlado (Gonzales-Aguilar; Ramirez-Posada; Ferreira, 2012). Ainda de acordo com os autores, o sistema possui dois tipos de interface: uma para navegar, consultar e visualizar um tesouro (interface pública) e outra para criar, gerenciar, administrar e exportar um tesouro (interface privada ou de administração).

De acordo com Ferreira (2021), algumas funcionalidades do software incluem:

- Importação de *Machine Readable Cataloging* (MARC21) *XML Schema*, *Skos-Core*, arquivo *Text File* (TXT) etiquetado e arquivo TXT tabulado;
- Meta-termos: define facetas, coleções ou conjuntos de termos;
- Suporte para tesouros multilíngues;
- Exibição de termos em múltiplos níveis de profundidade na mesma tela;
- Sugestão de termos de busca;
- Relação entre termos (BT/NT, USE/UF, RT);
- Ausência de limites para o número de termos, rótulos alternativos, níveis de hierarquia etc.;
- Navegação sistemática ou alfabética;
- Exportação completa em formato XML (MARC21 *XML Schema*, WXP (*WordPress XML*), *Zthes*, *TopicMaps*, *Metadata Authority Description Schema* (MADS), *Dublin Core*, *Vocabulary Definition Exchange* (VDEX), BS 8723, *SiteMap*, *Structured Query Language* (SQL), RDF (*Skos-Core*), TXT e *Portable Document Format* (PDF);
- Notas de escopo, históricas e bibliográficas;

- Funções de garantia de qualidade (detecção de termos duplicados e termos livres, relações ilegais) e controle ativo de auditoria e integridade (controle de termos duplicados, controle de termos livres etc.);
- Permite criar novos tipos de relações e de notas definidos pelo usuário;
- Relações entre termos e entidades *web*;
- Editor em massa para termos e notas;
- Fácil integração com qualquer ferramenta *web*.

Quanto aos requisitos de sistema, o TemaTres requer *Hypertext Preprocessor* (PHP), MySQL e um servidor *Web HyperText Transfer Protocol* (HTTP) (Ferreira, 2021). Contudo, foi observado que o *software* apresenta dificuldades em sua instalação e configuração, pois é necessário configurá-lo na base *PHPMyAdmin*, o que exige conhecimentos prévios que nem todos os profissionais possuem (Sabbag; Galdino, 2017).

Com base nas informações apresentadas, o Quadro 4 compara o *Multites* e o *Tematres* considerando aspectos como funcionalidades, instalação e exportação.

Quadro 4 – Comparação de funcionalidades e requisitos entre *MultiTes* e *TemaTres*

Critério	<i>MultiTes</i>	<i>TemaTres</i>
Tipo de software	Proprietário (<i>Windows</i>)	Código aberto (aplicação <i>web</i>)
Ano de lançamento	1983	Não especificado
Compatibilidade de sistema	<i>Windows 10</i> ou superior, servidores <i>Windows</i>	Multiplataforma que atenda aos requisitos de hardware
Funcionalidades principais	Suporta relacionamentos ANSI/NISO (USE/UF, BT/NT, RT, SN) e definidos pelo usuário; Suporte a poli-hierarquias e tesouros multilíngues; Geração automática de relacionamentos recíprocos; Importação de termos/tesouros a partir de arquivos de texto.	Relação entre termos (BT/NT, USE/UF, RT); Suporte a tesouros multilíngues; Exibição de múltiplos níveis de profundidade na mesma tela; Sugestão de termos de busca; Importação MARC21 XML <i>Schema</i> , <i>Skos-Core</i> , arquivo TXT etiquetado e tabulado.
Limite de termos	Número ilimitado, conforme recursos do sistema.	Sem limites para número de termos, rótulos alternativos, níveis de hierarquia.
Interface	Versão para <i>Windows</i> , com visualização diferenciada de termos principais e não	Interface pública para navegação e consulta; Interface privada para criação e

	preferidos.	administração de tesouros.
Exportação	XML, SKOS/RDF, RTF, CSV e HTML.	XML (MARC21 XML <i>Schema</i> , WXP (<i>WordPress XML</i>), <i>Zthes</i> , <i>TopicMaps</i> , MADS, <i>Dublin Core</i> , VDEX, BS 8723, <i>SiteMap</i> , SQL, RDF (<i>Skos-Core</i>), TXT e PDF.
Controle de qualidade	Verificação de conflitos entre relacionamentos e geração de relacionamentos recíprocos.	Controle de duplicatas, termos livres e relações ilegais, além de auditoria ativa.
Instalação e configuração	Instalação simples no <i>Windows</i> , sem necessidade de bibliotecas adicionais.	Requer conhecimento prévio em <i>PHPMyAdmin</i> , PHP e configuração de Banco de Dados.
Requisitos de hardware	10 MB de espaço para a aplicação, 20 MB para cada 50.000 termos.	Servidor HTTP (<i>Apache</i>), MySQL versão 5.0 ou superior (ou MariaDB), PHP versão 7.4.
Facilidades adicionais	Banco de dados de arquivo único, visualização em negrito/itálico para termos principais/não preferidos.	Editor em massa para termos e notas, fácil integração com ferramentas <i>web</i> .

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A escolha do sistema a ser adotado deve considerar as funcionalidades e os recursos disponíveis. O *MultiTes* e o *TemaTres*, embora tenham divergências em licenciamento, requisitos de sistema e funcionalidades, fornecem recursos para o desenvolvimento e manutenção de vocabulários controlados. Portanto, a análise desses *softwares* reflete uma escolha que deve ser orientada pelas necessidades específicas da instituição, considerando aspectos como facilidade de uso, requisitos técnicos e a capacidade de atender às demandas.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para contribuir com o conhecimento científico na área estudada, é essencial seguir métodos rigorosos e consistentes. Conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 17), “Para que o discurso possa ser reconhecido como científico, precisa ser lógico, sistemático, coerente, sobretudo, bem argumentado. Isso o distancia de outros conhecimentos, como senso comum, sabedoria, ideologia”. Diante do exposto, e com o objetivo de construir o referencial teórico, foram utilizados dois procedimentos principais: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

A pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, monografias, entre outros. Seu objetivo é colocar o pesquisador em contato com o material já existente sobre o tema da pesquisa (Prodanov; Freitas, 2013). Por outro lado, a pesquisa documental, embora semelhante à bibliográfica, utiliza como fonte materiais que não passaram por uma avaliação pelos pares e/ou comunidade, como, atas, relatórios etc. (Gil, 2002; Prodanov; Freitas, 2013).

Com o intuito de analisar as mudanças realizadas na nova edição do TJE e compreender as expectativas e percepções dos bibliotecários sobre o impacto dessas mudanças em seu trabalho, a pesquisa é classificada como aplicada. Esse tipo de pesquisa “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 51).

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, pois busca compreender fenômenos a partir da perspectiva dos participantes. De acordo com Minayo (2009, p. 21), a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. Logo, “a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 70), visando compreender melhor o evento. Por fim, Godoy (1995, p. 21) afirma que

[...] a abordagem qualitativa enquanto exercício de pesquisa, não apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques.

Além disso, “Os dados coletados nessas pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 70). Por outro lado, esta pesquisa também é quantitativa, pois vários dados e informações foram tratados de forma estatística, quantitativa.

A pesquisa quantitativa defende que tudo é quantificável, traduzindo opiniões e informações em números para classificá-las e analisá-las por meio de técnicas matemáticas, como a porcentagem (Prodanov; Freitas, 2013). Além disso, essa abordagem é utilizada em diversas pesquisas, incluindo as descritivas, pela sua capacidade de identificar relações de causa e efeito, analisar a interação de variáveis e compreender processos dinâmicos de grupos sociais (Prodanov; Freitas, 2013).

Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa é descritiva, pois “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (Gil, 2002, p. 42). O fenômeno que a pesquisa descreve é a reformulação do TJE e seu impacto na prática dos bibliotecários envolvidos.

Em relação aos procedimentos metodológicos, utilizou-se a entrevista estruturada. Segundo Richardson (1999), a entrevista estruturada é desenvolvida com perguntas e respostas pré-definidas, o que requer um conhecimento profundo das perguntas mais importantes e das respostas esperadas dos entrevistados.

Os bibliotecários entrevistados compõem o corpo de servidores da Biblioteca Alysson Darowish Mitraud e fazem parte da equipe de reformulação do TJE. Além disso, eles utilizaram a 7ª edição do tesauro para atividades de indexação no Tribunal.

As entrevistas foram realizadas entre agosto e setembro de 2024, via *Google Meet*, com agendamento prévio por *e-mail*. Todos os seis bibliotecários que participaram da reformulação do TJE foram convidados, e cinco aceitaram participar, representando 83,33% do total. A entrevista foi utilizada como método de coleta de dados, aplicada exclusivamente aos bibliotecários que participaram da reformulação e reestruturação do TJE, sendo eles usuários da 7ª edição do tesauro.

5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

As perguntas foram elaboradas com o objetivo de cumprir o primeiro e o terceiro objetivos específicos deste estudo, que envolvem analisar as percepções dos bibliotecários sobre as mudanças no tesouro e comparar as duas edições com base nas informações fornecidas. Diante do exposto, seguem as perguntas realizadas a respeito da avaliação do tesouro e as respostas obtidas.

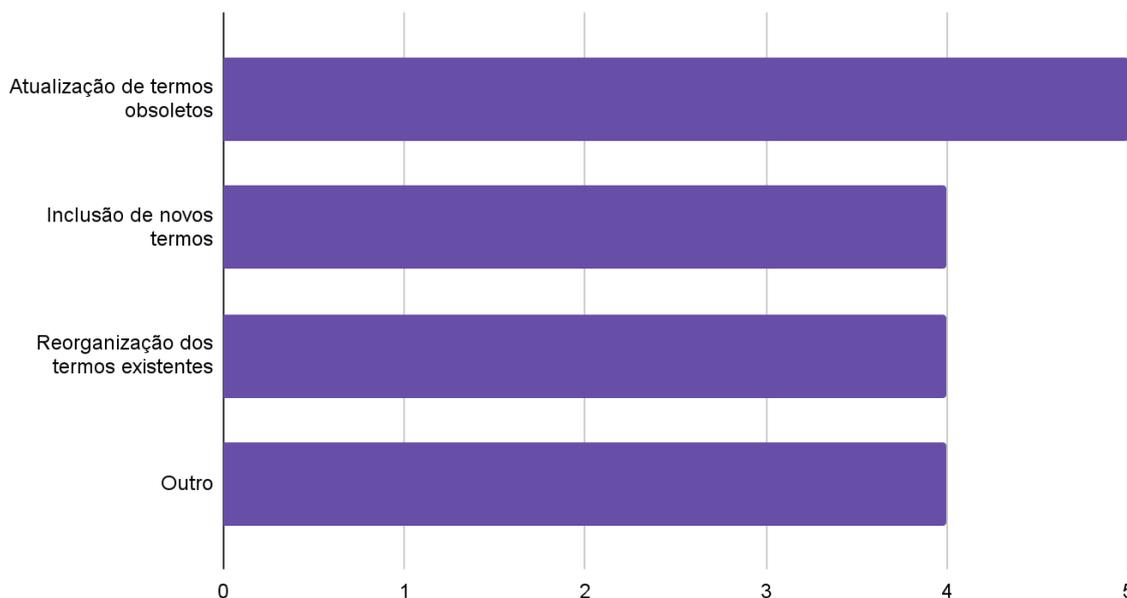
Pergunta 1: Quais foram os focos principais das mudanças realizadas na 8ª edição do Tesouro da Justiça Eleitoral?

Alternativas: Atualização de termos obsoletos; Inclusão de novos termos; Reorganização dos termos existentes; Outro.

A pergunta investiga aspectos priorizados nas mudanças recentes do tesouro, alinhando-se aos critérios de obsolescência e atualização, que buscam evitar a obsolescência do tesouro através da revisão e inserção de novos termos e relações. De acordo com as respostas obtidas, 100% dos entrevistados afirmaram que o foco principal das mudanças foi a atualização de termos obsoletos; já 80% também mencionaram a inclusão de novos termos e a reorganização dos termos existentes, como mostra o Gráfico 1. Na alternativa “Outro”, os entrevistados trouxeram diferentes abordagens, que incluem:

- O foco em tornar o tesouro mais específico para a área eleitoral e político-partidária, excluindo termos de outras áreas, como os usados pela jurisprudência e pelo protocolo, que já não são mais utilizados devido à atualização de sistemas desses setores do tribunal;
- Houve a categorização de termos e o estabelecimento de novas relações associativas e hierárquicas, adaptando às necessidades dos usuários atuais, incluindo a criação da categoria Memória Eleitoral;
- A atualização visa acompanhar a evolução da linguagem e incluir novos conceitos específicos da área eleitoral e político-partidária.

Gráfico 1 – Principais aspectos das mudanças no TJE



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

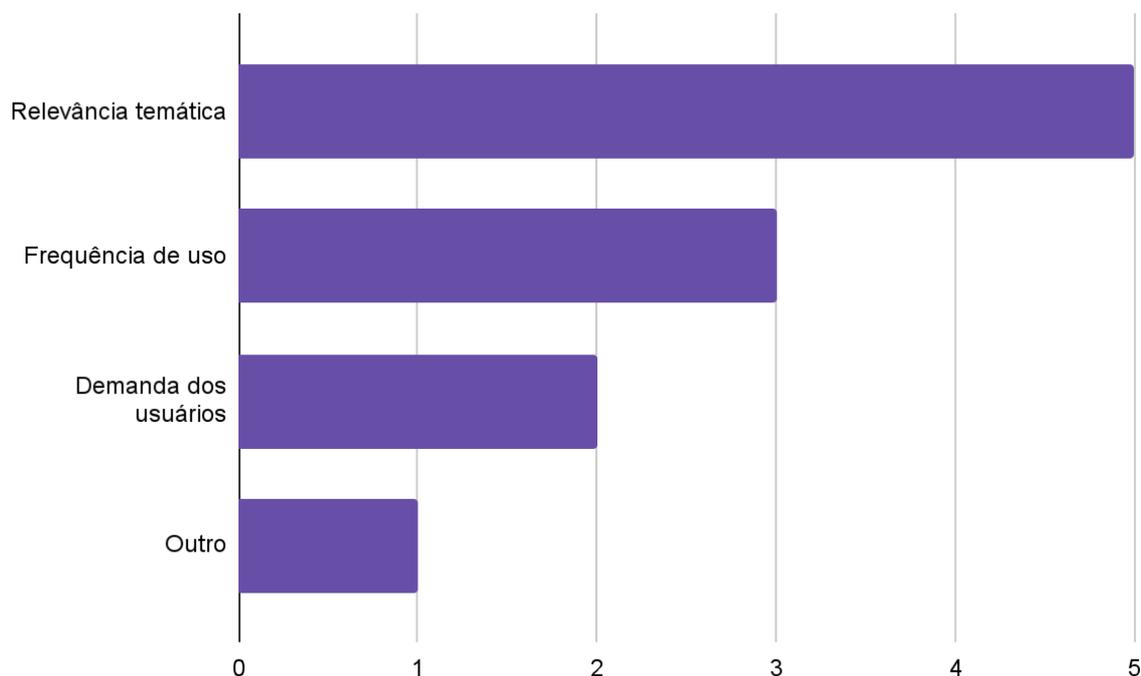
Pergunta 2: Quais critérios foram utilizados para a seleção de novos termos?

Alternativas: Relevância temática; Frequência de uso; Demanda dos usuários; Outro.

A pergunta busca entender quais foram os critérios utilizados para a inclusão de novos termos e está ligada aos conceitos de garantia literária e de uso. Segundo os entrevistados, 100% destacaram a relevância temática como principal critério, enquanto 60% também mencionaram a frequência de uso. A demanda direta dos usuários do tesouro foi mencionada por 40% dos entrevistados e 20% abordaram a categoria “Outro”, conforme Gráfico 2. Nos comentários adicionais, foi abordado que:

- O principal critério é a relevância temática, dado o foco em termos especializados da área eleitoral e político-partidária, eliminando termos genéricos;
- Pesquisas e levantamento em bases foram realizados, mas termos identificados não foram tão utilizados;
- Estudo de termos demandados por usuários via *e-mail*, como os membros da Reje ou usuários da biblioteca;
- Busca pela especificidade dos termos, com a inclusão de notas de escopo para esclarecer o uso dos termos.

Gráfico 2 – Critérios para a seleção de novos termos



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

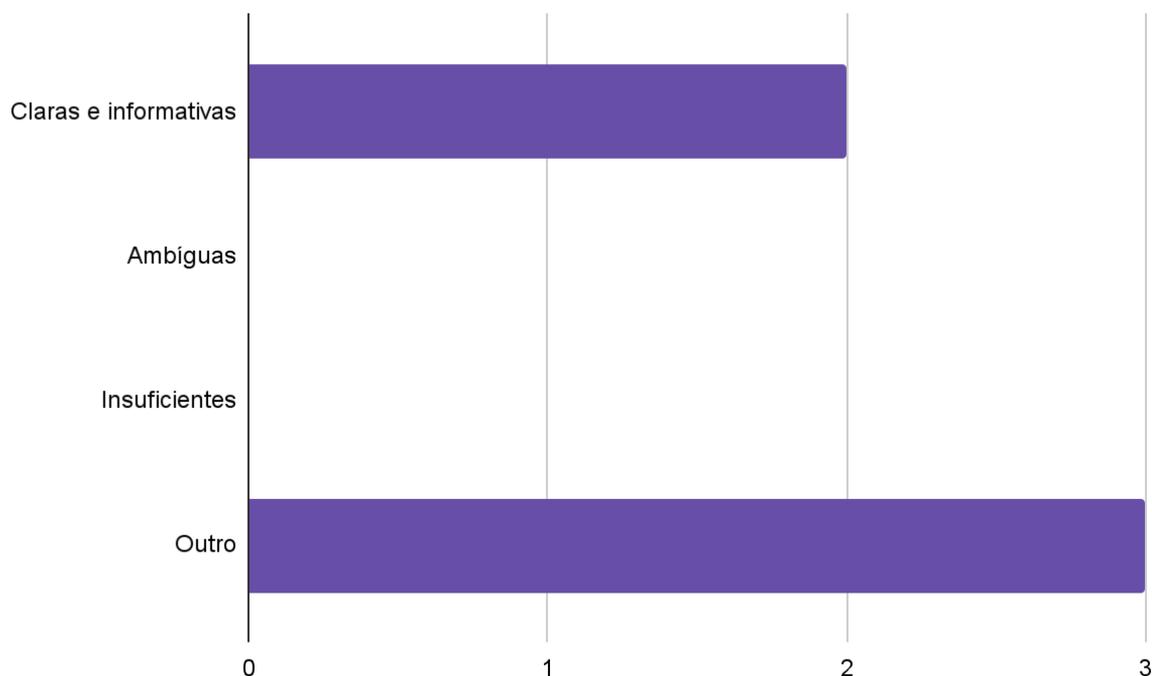
Pergunta 3: Como você avalia a adequação das notas de escopo na 7ª edição?

Alternativas: Claras e informativas; Ambíguas; Insuficientes; Outro.

A pergunta busca avaliar as notas de escopo da 7ª edição e se alinha ao critério de avaliação estrutural quanto às notas. De acordo com o Gráfico 3, 40% consideraram as notas claras e informativas. No entanto, 60% optaram pela alternativa “Outro”, indicando que há opiniões diversas sobre o assunto. Dito isso, os entrevistados destacaram:

- Em alguns casos, as notas de escopo eram desnecessárias e poderiam ser excluídas. Além disso, as notas que existiam eram claras e informativas e contribuíam para estabelecer critérios de indexação. Mas também, eram insuficientes, pois havia espaço para inclusão de mais notas para termos ambíguos ou confusos. Ou seja, demonstra não haver um critério bem definido para a inclusão das notas.

Gráfico 3 – Adequação das notas de escopo



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

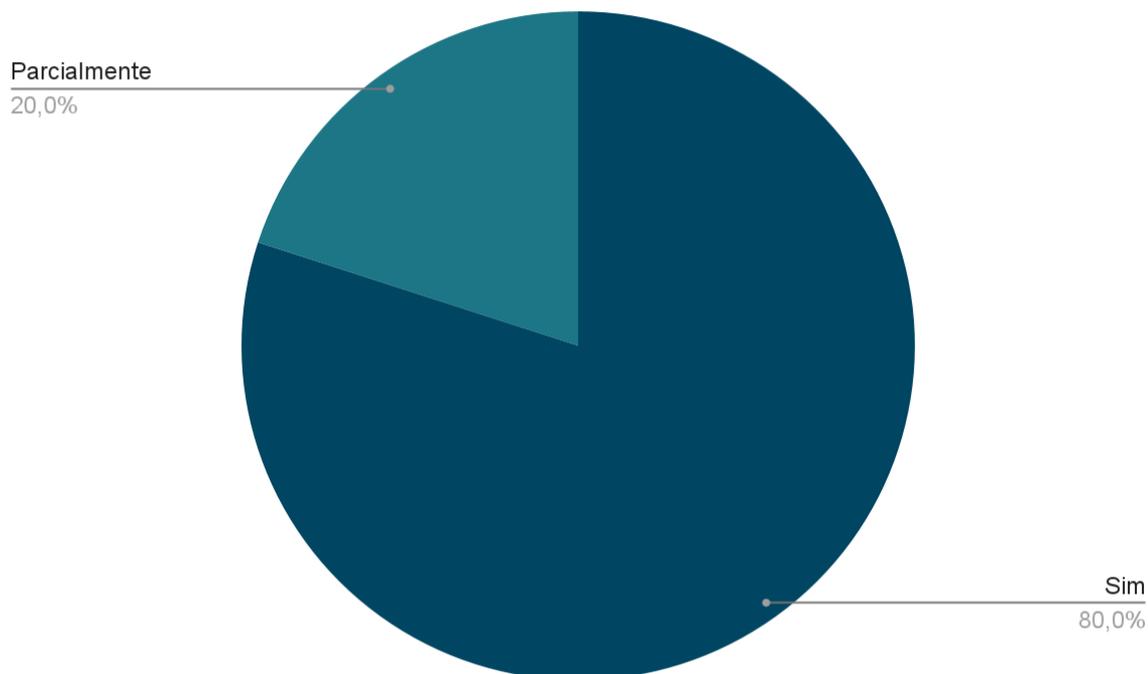
Pergunta 4: Você espera mudanças significativas nas notas de escopo na 8ª edição?

Alternativas: Sim; Não; Parcialmente.

A pergunta busca antecipar as expectativas em relação às notas de escopo e se alinham ao mesmo critério da Pergunta 3. Conforme o Gráfico 4, 80% indicaram esperar mudanças significativas, 20% esperam mudanças parciais, e nenhum dos entrevistados afirmou que não espera mudanças. Os comentários relacionados são:

- Espera-se a redução das notas, pois muitas foram excluídas por serem redundantes (dicionarizadas ou de glossário), mantendo as que são úteis para esclarecer termos muito específicos ou de uso incomum;
- Alguns termos históricos relacionados à Memória Eleitoral ganharam notas, como por exemplo o termo "Voto formiguinha", utilizando-se também, nesses casos, o glossário da Justiça Eleitoral para aperfeiçoar.

Gráfico 4 – Expectativas quanto às notas de escopo



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

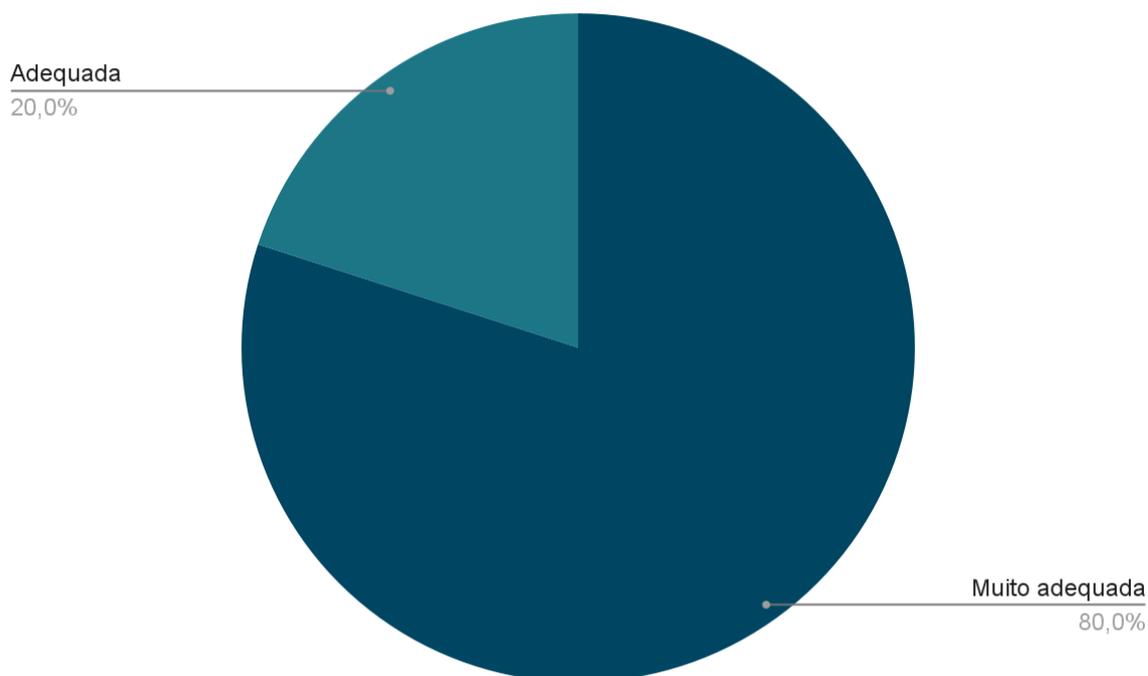
Pergunta 5: Como você avalia a adequação temática do tesauro após as mudanças?

Alternativas: Muito adequada; Adequada; Pouco adequada; Inadequada.

A pergunta avalia se as mudanças melhoraram a cobertura temática do tesauro e se relaciona ao critério de domínio de conhecimento coberto pelo tesauro, que analisa a adequação do TJE às áreas temáticas relevantes. Os resultados indicam que 80% dos entrevistados consideram a adequação temática “muito adequada” e 20% avaliam como “adequada”, conforme indicado no Gráfico 5. Os comentários gerais incluem:

- O tesauro foi direcionado à área eleitoral e político-partidária, buscando ser mais conciso e adequado às novas necessidades da Justiça Eleitoral, refletindo a evolução de seu uso;
- Embora o tesauro já fosse referência na área, há uma busca contínua para aprimorar sua especificidade e mantê-lo como referencial de vocabulário no campo da Justiça Eleitoral;
- Há uma preocupação com a demora no processo de atualização, o que pode causar defasagem em relação ao surgimento de novos termos.

Gráfico 5 – Avaliação da adequação temática



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

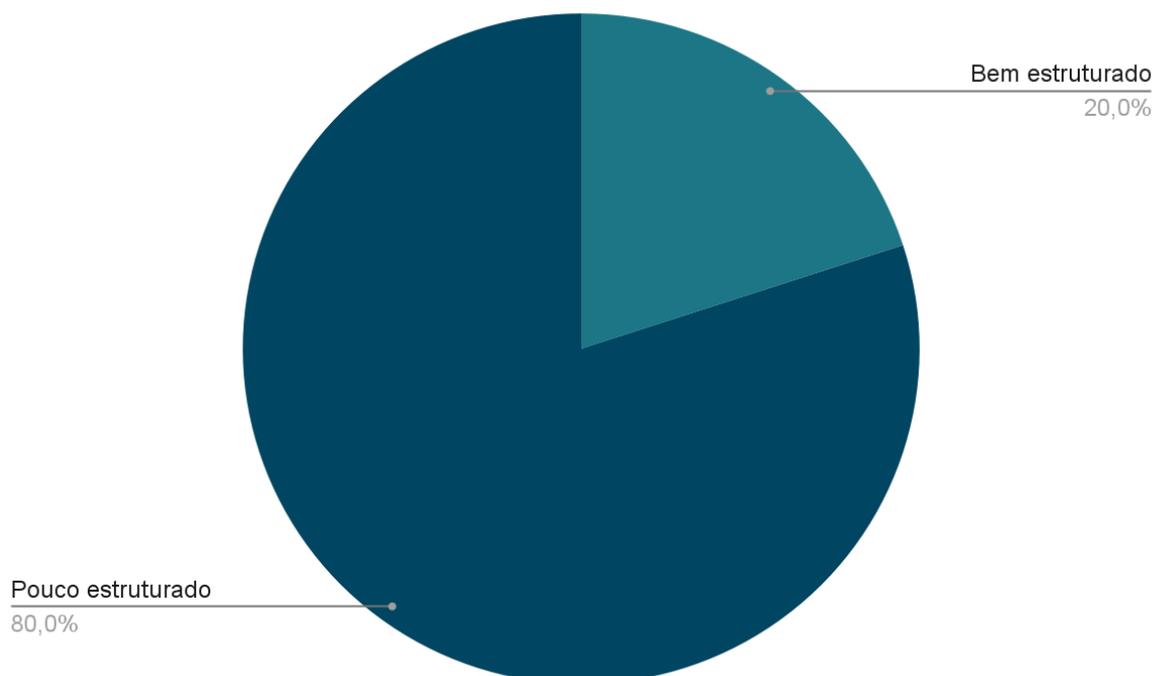
Pergunta 6: Como você avalia a estrutura da 7ª edição do Tesauro da Justiça Eleitoral?

Alternativas: Muito bem estruturado; Bem estruturado; Pouco estruturado; Mal estruturado.

Esta pergunta investiga a organização do tesauro, considerando a forma como os termos estão estruturados, e está alinhada com o critério de avaliação estrutural quanto aos tipos de relacionamentos. Dos entrevistados, 80% afirmaram que a 7ª edição é "pouco estruturada", enquanto 20% alegaram que é "bem estruturada" como mostra o Gráfico 6. A seguir, apresentam-se as opiniões gerais dos participantes:

- A estrutura da 7ª edição apresentava deficiências nas relações hierárquicas e associativas, além da presença de termos órfãos, o que impactava a compreensão conceitual dos termos. Porém, isso é compreensível, visto que construir um tesauro é um trabalho minucioso;
- Além disso, algumas áreas do tesauro eram bem estruturadas, enquanto outras careciam de organização, o que gerou uma avaliação intermediária entre "bem" e "pouco estruturado".

Gráfico 6 – Avaliação da estrutura da 7ª edição



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Pergunta 7: Você acredita que o Tesauro atende adequadamente às necessidades de indexação da Justiça Eleitoral?

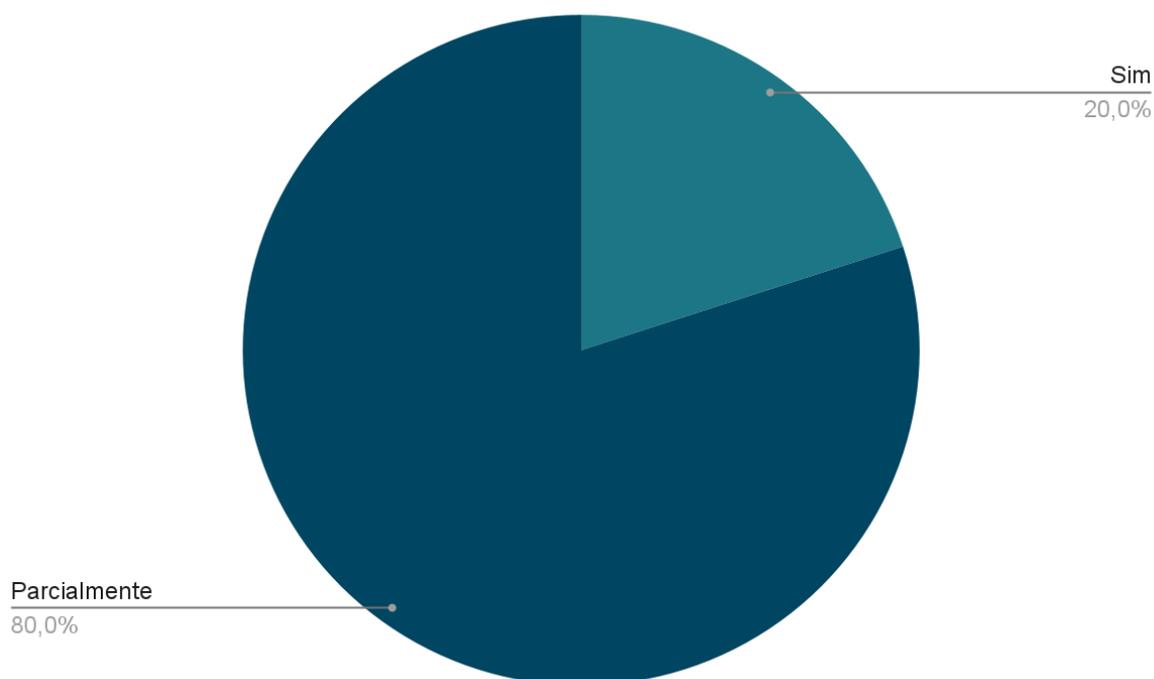
Alternativas: Sim; Não; Parcialmente.

A pergunta avalia a eficácia geral do tesauro em atender às necessidades práticas de indexação. Segundo o Gráfico 7, 80% dos entrevistados afirmaram que o tesauro atende "parcialmente" às suas demandas, enquanto 20% responderam que "sim". As observações dos entrevistados incluem:

- O tesauro atende às necessidades da indexação eleitoral e político-partidária, embora faltem alguns termos;
- O uso do vocabulário controlado da Rede RVBI, que consta na política de indexação da instituição, contribui para a indexação quando há a necessidade de termos de outras áreas;
- Para a biblioteca digital, o tesauro é adequado, mas faltam termos importantes. A 7ª edição atendeu várias áreas do tribunal, mas deixou de ser útil para algumas com o tempo;

- O tesouro é considerado referência na área eleitoral, mas precisa de aperfeiçoamento contínuo para atender de forma mais precisa às necessidades específicas do direito eleitoral.

Gráfico 7 – Adequação das necessidades de indexação



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Pergunta 8: Existe algum aspecto específico da 7ª edição que você gostaria de ver abordado na 8ª edição?

Alternativas: Sim; Não.

Esta pergunta busca investigar quais aspectos valiosos da 7ª edição que os entrevistados gostariam de ver mantidos ou aprimorados na 8ª edição. Com base nas observações feitas, todos os entrevistados têm diferentes perspectivas sobre os aspectos a serem mantidos ou aprimorados. Seguem as diferentes considerações:

- Há interesse em manter e atualizar as listas de toponímia nacional e internacional, pois contribuem na indexação;
- Os termos específicos da área eleitoral e político-partidária devem ser preservados e atualizados na nova edição. Além disso, reestruturação dos termos precisa ser bem correlacionada, para evitar inconsistências e garantir a continuidade entre as edições;

- É importante dedicar um cuidado especial ao modificar termos já estabelecidos como UP com o intuito de evitar inconsistências na indexação dos documentos previamente indexados.

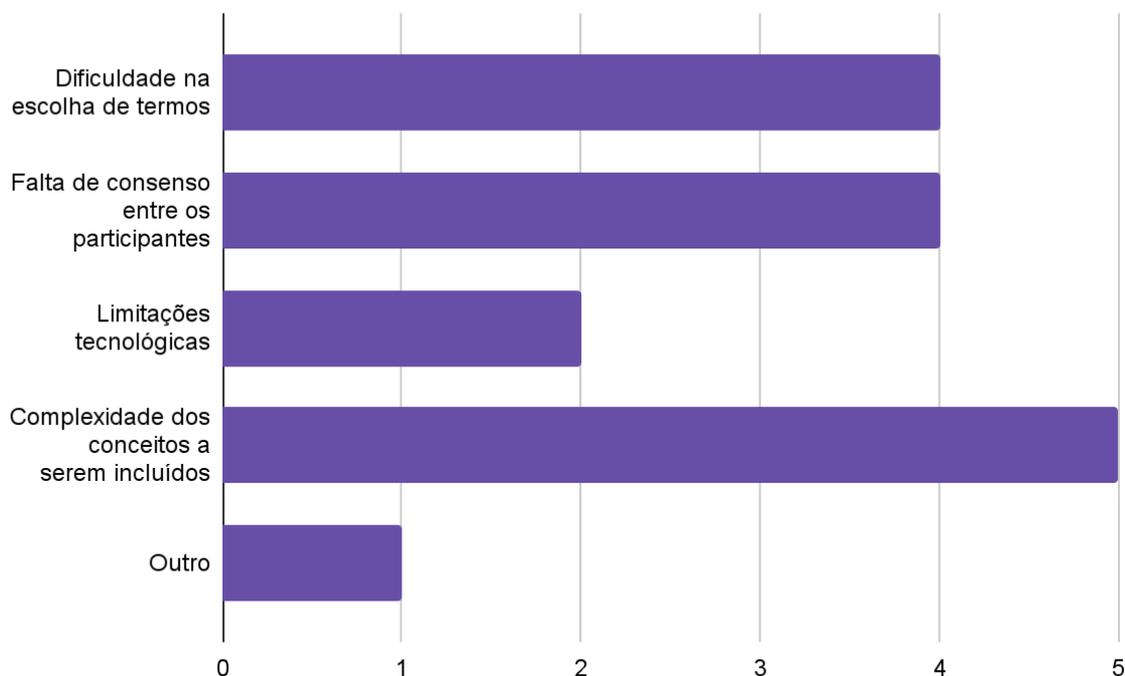
Pergunta 9: Quais foram os principais desafios enfrentados na construção do Tesauro?

Alternativas: Dificuldade na escolha de termos; Falta de consenso entre os participantes; Limitações tecnológicas; Complexidade dos conceitos a serem incluídos; Outro.

A pergunta busca entender as dificuldades enfrentadas durante o processo de reestruturação e reformulação do tesauro. Conforme o Gráfico 8 – Desafios enfrentados na reformulação do tesauro, "complexidade dos conceitos" foi o desafio mais mencionado (100%), seguido pela "dificuldade na escolha de termos" e "falta de consenso entre os participantes" (80%) e pelas "limitações tecnológicas" (40%). Outros desafios foram relatados por 20% dos entrevistados. Entre os comentários estão:

- O consenso sobre a categorização de termos especializados foi um desafio, exigindo avaliação de profissionais do direito eleitoral;
- Os bibliotecários enfrentaram dificuldades técnicas, como a instalação de sistemas, devido à resistência do setor de tecnologia, motivada por questões de segurança da informação no tribunal;
- Alguns termos, por serem muito específicos do direito eleitoral, necessitaram consulta a especialistas externos;

Gráfico 8 – Desafios enfrentados na reformulação do tesauro



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

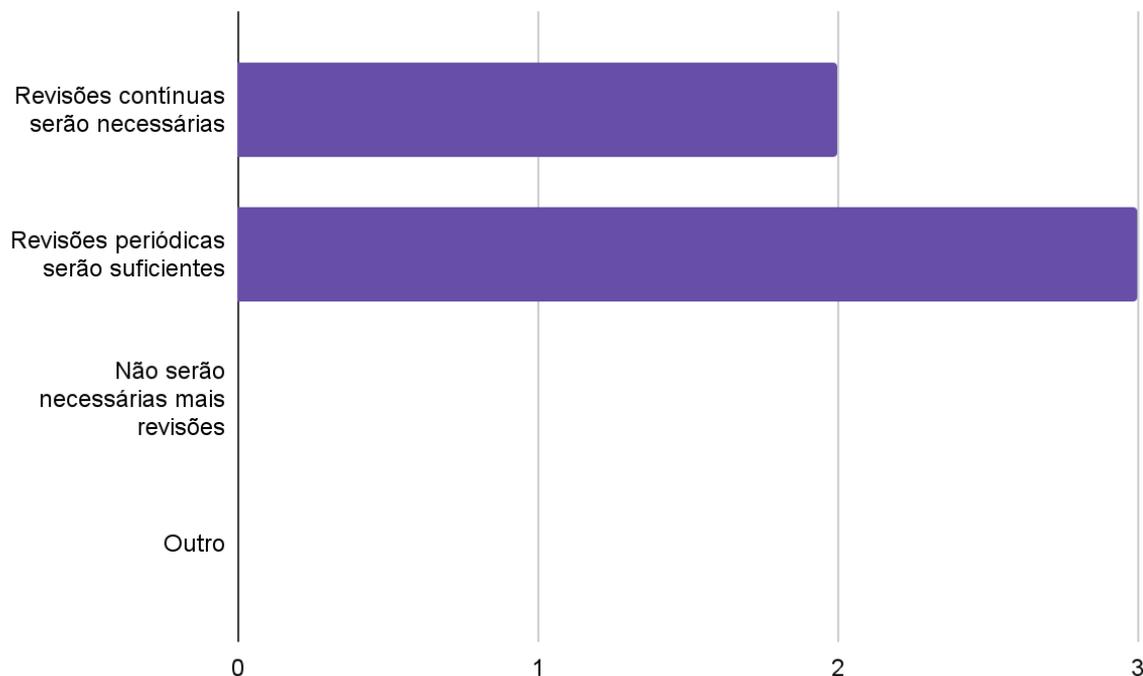
Pergunta 10: Qual a sua opinião sobre a gestão futura do tesauro após as mudanças?

Alternativas: Revisões contínuas serão necessárias; Revisões periódicas serão suficientes; Outro.

A pergunta investiga as expectativas referentes à administração do tesauro e se relaciona com o critério de manutenção. De acordo com o Gráfico 9, 60% dos entrevistados acreditam que revisões periódicas serão suficientes enquanto 40% consideram que revisões contínuas serão necessárias. As observações incluem:

- O tesauro deve ser reavaliado periodicamente, acompanhando as mudanças do acervo. Definir uma política de revisão seria essencial para garantir que o tesauro continue atualizado;
- Evitar que o intervalo entre revisões seja longo demais, pois isso dificulta a gestão e o acompanhamento das mudanças no conhecimento jurídico.

Gráfico 9 – Periodicidade das revisões



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As perguntas relacionadas aos *softwares* avaliam a eficácia com base no uso dessas ferramentas para o gerenciamento de tesouros, e todas se relacionam com a importância do suporte tecnológico para a gestão. Logo, as perguntas buscam investigar a usabilidade e descrever questões específicas relacionadas ao uso dos sistemas. Além disso, referente às perguntas sobre o *Multites*, três participantes não responderam porque não utilizaram o *software* e um dos entrevistados não respondeu sobre o *Tematres* pelo mesmo motivo. As perguntas e resultados obtidos encontram-se a seguir.

Pergunta 11: Os *softwares* utilizados atenderam às necessidades da equipe durante as mudanças?

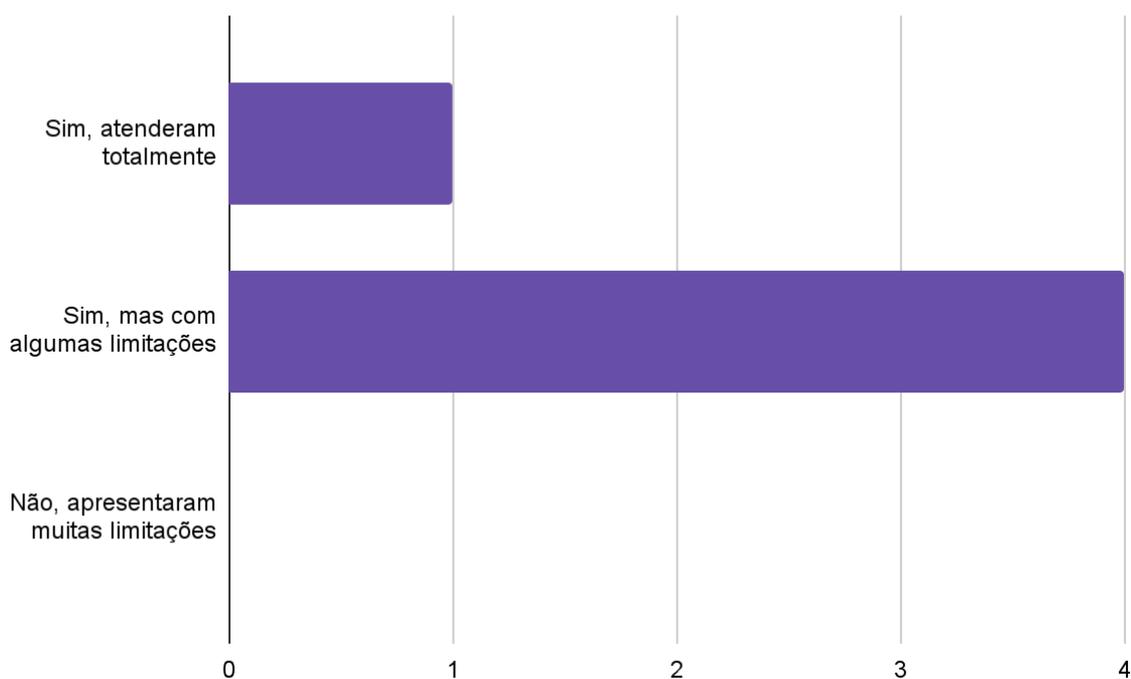
Alternativas: Sim, atenderam totalmente; Sim, mas com algumas limitações; Não, apresentaram muitas limitações.

Sobre a eficácia dos *softwares* utilizados, 80% disseram que os *softwares* atenderam totalmente, enquanto 20% informaram que os softwares atendem com algumas limitações, como mostra o Gráfico 10. Os entrevistados enfatizaram os seguintes aspectos:

- Houve dificuldades na instalação e uso de certas funcionalidades, especialmente com termos candidatos;

- A resistência por parte do setor de tecnologia em implementar sistemas externos foi um obstáculo inicial;
- O *Tematres* trouxe melhorias na categorização e na estruturação do tesauro.

Gráfico 10 – Avaliação da eficácia dos *softwares* utilizados durante as mudanças

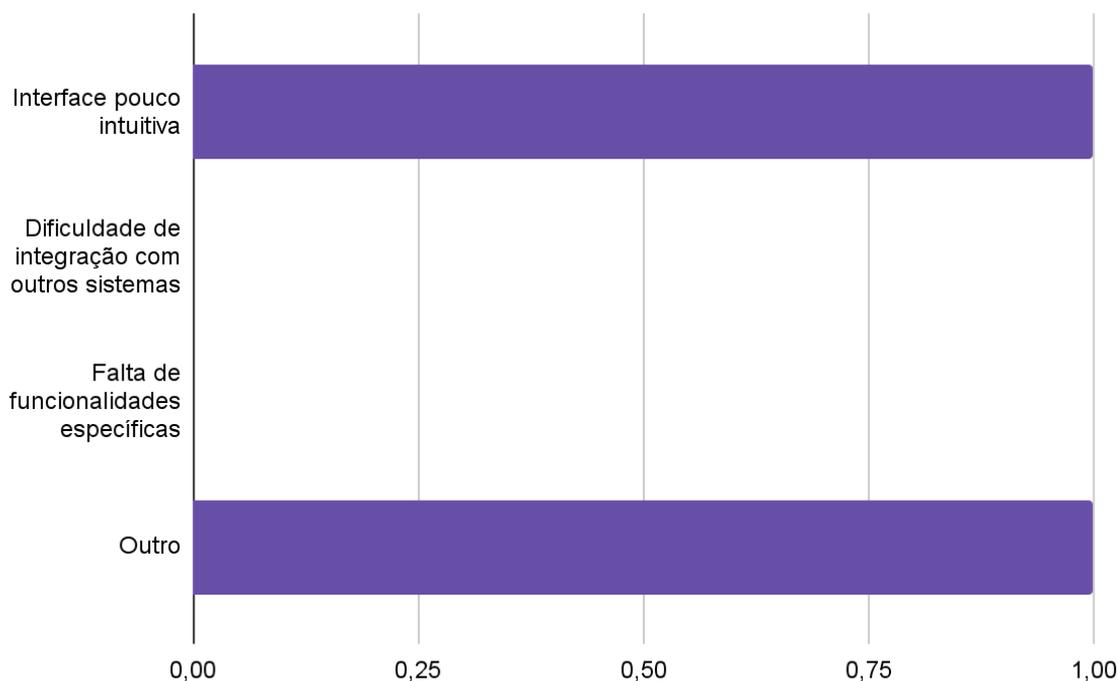


Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Pergunta 12: Quais desafios você encontrou ao utilizar o *software MultiTes*?

Alternativas: Interface pouco intuitiva; Dificuldade de integração com outros sistemas; Falta de funcionalidades específicas; Outro.

Conforme Gráfico 11, considerando os desafios ao utilizar o *MultiTes*, 50% indicaram que a interface do *software* era pouco intuitiva. Na alternativa "Outro", os entrevistados mencionaram que faltava uma interface *web*, o que, de acordo com eles, é essencial para executar o trabalho de maneira mais dinâmica, conforme as práticas atuais.

Gráfico 11 – Desafios encontrados durante o uso do *MultiTes*

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Pergunta 13: Como você avalia a eficácia do *software MultiTes*?

Alternativas: Muito eficaz; Eficaz; Pouco eficaz; Ineficaz.

Todos os entrevistados classificaram o *software* como eficaz, mas avaliaram que essa avaliação foi influenciada pela metodologia de trabalho adotada na época, que é diferente das práticas atuais.

Pergunta 14: Como avalia os relatórios extraídos do *MultiTes* para a tomada de decisões?

Alternativas: Muito úteis e detalhados; Úteis, mas com limitações; Pouco úteis; Inadequados; Não utilizo os relatórios para decisões.

Os entrevistados apontaram que os relatórios gerados pelo *MultiTes* eram úteis, embora com algumas limitações. No entanto, destacaram que esses relatórios eram mais abrangentes em comparação com os gerados pelo *software* atualmente em uso.

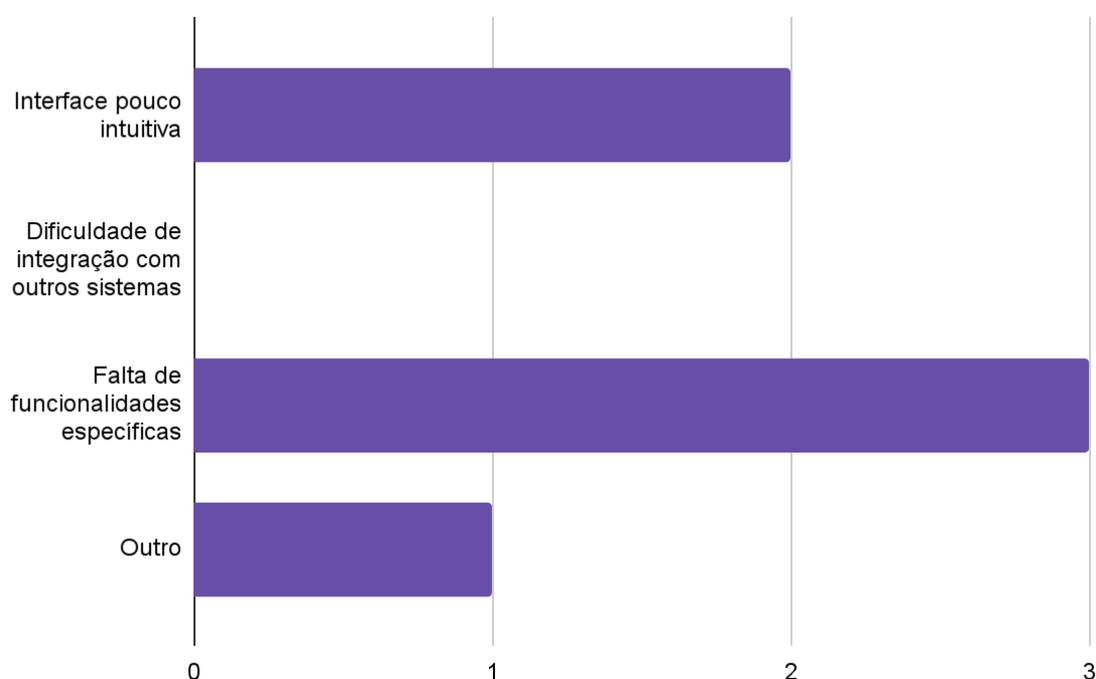
Pergunta 15: Quais desafios você encontrou ao utilizar o *software Tematres*?

Alternativas: Interface pouco intuitiva; Dificuldade de integração com outros sistemas; Falta de funcionalidades específicas; Outro.

Os resultados indicam que 75% mencionaram a falta de funcionalidades específicas, 50% apontaram a interface pouco intuitiva e 25% mencionaram dificuldades com a instalação do sistema indicado pela alternativa “Outro”. Dados seguem demonstrados no Gráfico 12. Outros comentários incluem:

- A interface não é fácil de usar, o que dificultou a criação e a categorização de termos;
- A instalação do *software* exigiu auxílio técnico;
- O *Tematres* permite apenas um TG ou uma categoria, o que limita a liberdade de uso, especialmente em Ciências Humanas.

Gráfico 12 – Desafios encontrados durante o uso do *Tematres*



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Pergunta 16: Como você avalia a eficácia do *software Tematres*?

Alternativas: Muito eficaz; Eficaz; Pouco eficaz; Ineficaz.

Os resultados indicam que metade dos entrevistados considera o *software Tematres* "muito eficaz", enquanto a outra metade o classifica como "eficaz". As observações fornecidas pelos bibliotecários sobre o *Tematres* incluem:

- Como a interface é pouco intuitiva, no início, houve dificuldades relacionadas à criação de termos, de relações e na categorização;

- Inicialmente, a equipe enfrentou problemas com a instalação do *software*;
- O *Tematres* ajuda a entender o contexto dos termos ao permitir a visualização de suas relações hierárquicas, o que contribui na compreensão.
- Apesar das limitações, o *software* é considerado satisfatório para o trabalho atual, sendo possível utilizá-lo adequadamente.

Pergunta 17: Como avalia os relatórios extraídos do *Tematres* para a tomada de decisões?

Alternativas: Muito úteis e detalhados; Úteis, mas com limitações; Pouco úteis; Inadequados; Não utilizo os relatórios para decisões.

A respeito dos relatórios gerados pelo *Tematres*, todos reconheceram que são úteis, embora com certas limitações. Parte dos entrevistados destacaram a falta de relatórios específicos e dificuldades para localizar os tipos de relatórios necessários.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como tema central a análise das mudanças realizadas na 8ª edição do TJE, atualmente em desenvolvimento, e a avaliação do impacto dessas mudanças a partir da percepção dos bibliotecários envolvidos no processo. No geral, essas mudanças envolveram a exclusão de termos obsoletos e a adaptação do vocabulário à nova realidade institucional. Esse processo também destacou a importância de uma gestão eficaz para o sucesso do produto final.

A criação e a reformulação de um tesouro são processos complexos. Com base nas entrevistas realizadas, identificaram-se diversas modificações no tesouro, como a atualização de termos obsoletos, a inclusão de novos termos e a reorganização estrutural, que culminou na criação de categorias como "Memória Eleitoral". Essas mudanças refletem a necessidade de acompanhar o desenvolvimento social, cultural e tecnológico, alinhando-se às demandas da Justiça Eleitoral.

Muitos termos anteriormente utilizados por setores do tribunal perderam relevância devido à evolução tecnológica, demonstrando que o vocabulário reflete não apenas mudanças no conhecimento e na terminologia, mas também nos processos organizacionais da instituição. A reformulação do tesouro buscou torná-lo mais especializado na área eleitoral e político-partidária, excluindo termos que não eram mais aplicáveis ao contexto atual.

As entrevistas revelaram que, embora os entrevistados muitas vezes apresentassem respostas semelhantes, suas justificativas e pontos de vista variaram, refletindo a diversidade de interpretações sobre o uso e a função do tesouro. Isso reforça a importância de uma abordagem colaborativa para alcançar consenso.

Os bibliotecários entrevistados avaliaram as mudanças de maneira positiva, especialmente em relação à adequação temática, destacando que o tesouro se tornou mais específico e adaptado às necessidades atuais de indexação. Além disso, apontaram a expectativa de melhorias nas notas de escopo e na categorização dos termos.

A percepção de uso dos *softwares MultiTes* e *Tematres* também foi analisada. Embora ambos tenham sido considerados eficazes, cada um apresentou desafios e limitações. O *MultiTes* foi apontado como útil no passado, mas com uma interface pouco intuitiva, enquanto o *Tematres*, embora mais eficiente nas práticas atuais, apresentou dificuldades na instalação e na gestão de termos candidatos. Essas avaliações ressaltam a necessidade de adaptação e melhoria contínua dos sistemas utilizados para a gestão do tesouro.

Em suma, este estudo contribuiu para o campo da organização da informação ao demonstrar a importância da constante avaliação e atualização de tesouros, especialmente em instituições que lidam com vocabulário especializado. O foco exclusivo na percepção dos bibliotecários pode ter limitado a análise, mas abre espaço para estudos futuros que explorem outras perspectivas e ampliem a compreensão sobre o impacto das mudanças no tesouro.

REFERÊNCIAS

- ALVARES, Lillian. **Tesouro**. [20--]. Apresentação de slides. Disponível em: <http://lillianalvares.fci.unb.br/phocadownload/Fundamentos/Sistemas/Aula22Tesauros.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2024.
- AROUCK, Osmar. **Tesouro da justiça eleitoral: reestruturação e ampliação na edição de 2010. Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, v. 6, n. 1, jan./jun. 2019.
- AUSTIN, Derek; DALE, Peter. **Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesouros monolíngues**. Brasília, DF: Ibict/SENAI, 1993. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/731>. Acesso em: 3 jun. 2024.
- BARITÉ, Mario. *et al.* **Diccionario de organización del conocimiento: clasificación, indización, terminología**. Montevideo: PRODIC, 2013.
- BARITÉ, Mario. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. *In*: CARRARA, Kester (Org.). **Educación, Universidade e Pesquisa**. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: FAPESP, 2001.
- BOCCATO, Vera Regina Casari; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Estudos de avaliação quantitativa e qualitativa de linguagens documentárias: uma síntese bibliográfica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 267-281, 2006.
- BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2008.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Biblioteca do Tribunal Superior Eleitoral**. [Brasília, DF]: TSE, [20--]e. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/institucional/biblioteca/biblioteca-do-tse>. Acesso em: 16 dez. 2023.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Encontros da Reje**: 9º Encontro da Reje e II Encontro da Reme. [Brasília, DF]: TSE, 2023. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/institucional/biblioteca/encontros-da-reje>. Acesso em: 19 mar. 2024.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **História da Justiça Eleitoral**: apresentação. [Brasília, DF]: TSE, [20--]d. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/institucional/justica-eleitoral/historia>. Acesso em: 16 nov. 2023.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **História da Justiça Eleitoral**: funções da justiça eleitoral. [Brasília, DF]: TSE, [20--]b. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/institucional/justica-eleitoral/historia>. Acesso em: 16 nov. 2023.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Instrução normativa nº 4, de 29 de abril de 2014**. [Brasília, DF]: TSE, 2014. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/in/2014-1/instrucao-normativa-no-4-de-29-de-abril-de-2014>. Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Organograma**. [Brasília, DF]: TSE, 2024. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/institucional/contatos-organograma>. Acesso em: 7 set. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Portaria nº 452, de 3 de outubro de 2007**. [Brasília, DF]: TSE, 2007. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/prt/2007/portaria-no-452-de-3-de-outubro-de-2007>. Acesso em: 26 mar. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Portaria nº 481, de 18 de outubro de 2007**. [Brasília, DF]: TSE, 2007. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/prt/2007/portaria-no-481-de-18-de-outubro-de-2007>. Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Processo eleitoral no Brasil**. [Brasília, DF]: TSE, [20--]a. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/historia/processo-eleitoral-brasileiro/funcionamento-do-processo-eleitoral-no-brasil>. Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Proposta de reestruturação do Teseuro da Justiça Eleitoral: ações para 2016**. Brasília, DF: TSE, 2015.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Reje - Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral: sobre a Reje**. [Brasília, DF]: TSE, [20--]g. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/institucional/biblioteca/reje>. Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Relatório de atividades da Comissão de Gerenciamento do Teseuro**. Brasília, DF: TSE, 2016.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 23.615, de 19 de março de 2020**. [Brasília, DF]: TSE, 2020. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2020/resolucao-no-23-6152-de-19-de-marco-de-2020>. Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Sobre a biblioteca do TSE**. [Brasília, DF]: TSE, [20--]f. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/institucional/biblioteca/sobre-a-biblioteca>. Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Teseuro da Justiça Eleitoral**. Brasília, DF: Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, 2010. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/institucional/biblioteca/tesauro-da-justica-eleitoral>. Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Thesaurus**. Brasília, DF: TSE/SDI, 1996.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **O TSE: o tribunal**. [Brasília, DF]: TSE, [20--]c. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/institucional/sobre-o-tse/apresentacao>. Acesso em: 16 dez. 2023.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **Crerios para avaliaão de tesouro documentrio**. Rio de Janeiro: [Universidade Federal Fluminense], 2004. Disponvel em: https://www.conexaorio.com/bit/tesouro/criterios_aval.htm. Acesso em: 15 ago. 2024.

CAMPOS, Maria Luiza Almeida; GOMES, Hagar Espanha. Metodologia de elaboraão de tesouro conceitual: a categorizaão como princpio norteador. **Perspectivas em Ciãcia da Informaaão**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, 2006.

CARLAN, Eliana; MEDEIROS, Marisa Brascher Basilio. Sistemas de organizaão do conhecimento na visã da ciãcia da informaão. **Revista Ibero-americana de Ciãcia da Informaaão**, Braslia, v. 4, n. 2, p. 53-73, ago./dez. 2011.

CAVALCANTI, Cordelia Robalinho. **Indexaaão e tesouro**: metodologia e tcnicas. Braslia, ABDF, 1978.

CURRÁS, Emilia. **Tesauros**: linguagens terminolãgicas. Braslia, DF: IBICT, 1995. Disponvel em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/454>. Acesso em: 8 jun. 2024.

DODEBEI, Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos. **Tesouro**: linguagem de representaão da memria documentria. Rio de Janeiro: Interciãcia, 2002.

FEITOSA, Charles. **Explicando a filosofia com arte**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FERREYRA, Diego. **TemaTres**. 2021. Disponvel em: <https://vocabularyserver.com/web/about>. Acesso em: 14 ago. 2024.

FERREIRA, Ana Carolina. **Metodologia de revisã e atualizaão de tesouros aplicada ao Tesouro de Contas de Minas Gerais**: abordagem da pesquisa-aão. 2020. 433 f. Tese (Doutorado em Ciãcia da Informaaão) – Escola de Ciãcia da Informaaão, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

GALDINO, Rejane; SABBAG, Deise Maria Antonio. TemaTres e a construaão de tesouros: aspectos de aplicabilidade para o profissional da informaão. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentaaão**, [s. l.], v. 13, p. 2566–2579, 2018. Disponvel em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1040>. Acesso em: 14 ago. 2024.

GARCÍA MARCO, Francisco Javier. Los contenidos y la secuencia docente de la Organizaaón y Representaaón del Conocimiento: una propuesta interdisciplinar. **Organiz. del Conoc. en Sist. Inf. y Docum.**, [s. l.], v. 1, p. 219-228, 1995.

GARCÍA, Sara Martnez. La representaaón y organizaão de la informaão a travs de los tesouros. La interdisciplinariedad como nuevo paradigma: retos para la documentaaón y la bibliotecologia. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, 2009. Disponvel em: www.eumed.net/rev/cccss/06/smg.htm. Acesso em: 20 set. 2024.

GIL, Antnio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. Sã Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arilda Schmit. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administraão de Empresas**, Sã Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GOMES, Hagar Espanha *et al.* **Manual de elaboração de tesouros monolíngues**. Brasília: CNPq/PNBU, 1990.

GONZALES-AGUILAR, Audilio; RAMÍREZ-POSADA, María; FERREYRA, Diego. TemaTres: servidor de vocabulários controlados para gestão de tesouros. **El profesional de la información**, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 319-325, jun. 2012. Disponível em: <https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/epi.2012.may.14/17928>. Acesso em: 10 ago. 2024.

HERNON, Peter; MCCLURE, Charles R. **Evaluation and library decision making**. Norwood, NJ: Ablex Publishing Co., 1990.

HODGE, Gail. **Systems of knowledge organization for digital libraries: beyond traditional authorities files**. Washington, DC: Council on Library and Information Resources, 2000.

HJØRLAND, Birger. Knowledge Organization (KO). **Knowledge Organization**, v. 43, p. 475-484, 2016.

INTERNATIONAL ORGANIZATION OF STANDARDIZATION. ISO 25964-1. **Abstract**. Geneva: ISO, 2011. Disponível em: <https://www.iso.org/standard/53657.html>. Acesso em: 10 jul. 2024.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Vocabulary control for information retrieval**. 2. ed. Arlington, Virginia: Information Resources Press, 1986.

MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos; AGANETTE, Elisângela Cristina. Desambiguação de relações em tesouros e o seu reuso em ontologias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 46, n. 1, p. 102-119, jan./abr. 2017.

MARQUES, Fátima de Lourdes dos Santos Nunes. **Palestra revisão sistemática**. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wgaw97mTKWM>. Acesso em: 6 dez. 2023. 2h 4min 37seg.

MARTÍNEZ TAMAYO, Ana María *et al.* **Indicadores de calidad para la construcción de tesouros**. Universidad Nacional de La Plata, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Departamento de Bibliotecología, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOREIRA, Alexandra; ALVARENGA, Lídia; OLIVEIRA, Alcione de Paiva. O nível do conhecimento e os instrumentos de representação: tesouros e ontologias. **DataGramZero**, v. 5, n. 6, 2004. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/6563>. Acesso em: 8 jun. 2024.

MOREIRA, Manoel Palhares; MOURA, Maria Aparecida. Construindo tesouros a partir de tesouros existentes: a experiência do TCI - Tesouro em Ciência da Informação.

DataGramZero, v. 7, n. 4, 2006. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6670>. Acesso em: 10 dez. 2023.

MULTITES. MultiTes Pro. **MultiTes**: Thesaurus and Taxonomy Authoring Tools, c2024.

Disponível em: <https://multites.net/productsPRO.htm>. Acesso em: 10 ago. 2024.

PRADO, Ana Carolina Rodrigues do. **A interação entre o tesouro e a ontologia na organização do conhecimento**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo. Escola de Comunicação e Artes. São Paulo, p. 135. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIGHI, João Primo Ramirez. **Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE)**: uma análise com base em critérios aplicáveis a taxonomias e tesouros. 2015. 192 f.

Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2015.

SAGER, Juan C.; SOMERS, Harold L.; MCNAUGHT, John. Thesaurus integration in the social sciences. Part 1. Comparison of thesauri. **International Classification**, v. 8, n. 3, p. 133-138, 1981.

SANTOS, José Carlos Francisco dos; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Tesouro Eletrônico: importação no Tematres e disponibilização na web. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 19., 2018, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2018.

SOUTO, Leonardo Fernandes. Recuperação de informações em bases de dados: usos de tesouro. **Transinformação**, Campinas, p. 73-81, jan./abr. 2003.

SUAIDEN, Emir José. Apresentação. *In*: PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; FERREZ, Helena Dodd. **Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro; Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), 2014.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri for information retrieval**, 1973.

APÊNDICE A – ENTREVISTA
TESAURO DA JUSTIÇA ELEITORAL: GESTÃO, ESTRUTURA E SOFTWARES

Prezado(a),

Sou estudante do curso de graduação em Biblioteconomia na Universidade de Brasília e estou conduzindo uma pesquisa para meu Trabalho de Conclusão de Curso sobre o Tesauro da Justiça Eleitoral. Gostaria gentilmente da sua colaboração, respondendo a esta entrevista, para contribuir com informações relevantes sobre o tema. Sua participação é valiosa e contribuirá para a qualidade da pesquisa.

Respeitosamente,
Lara Costa Viana.

1. Quais foram os focos principais das mudanças realizadas na 8ª edição do Tesauro da Justiça Eleitoral? Marque uma ou mais alternativas e comente sua escolha abaixo:

- Atualização de termos obsoletos
- Inclusão de novos termos
- Reorganização dos termos existentes
- Outro. Especifique a sua resposta:

Comentários:

2. Quais critérios foram utilizados para a seleção de novos termos? Marque uma ou mais alternativas e comente sua escolha abaixo:

- Relevância temática
- Frequência de uso
- Demanda dos usuários
- Outro. Especifique a sua resposta:

Comentários

3. Como você avalia a adequação das notas de escopo na 7ª edição?

- Claras e informativas
- Ambíguas
- Insuficientes
- Outro. Especifique a sua resposta:

4. Você espera mudanças significativas nas notas de escopo na 8ª edição? Comente sua resposta:

- Sim
- Não
- Parcialmente

Comentários:

5. Como você avalia a adequação temática do tesauro após as mudanças? Comente a sua resposta:

- Muito adequada
- Adequada
- Pouco adequada
- Inadequada

Comentários:

6. Como você avalia a estrutura do Tesauro da Justiça Eleitoral? Comente sua resposta:

- Muito bem estruturado
- Bem estruturado
- Pouco estruturado
- Mal estruturado

Comentários:

7. Você acredita que o Tesauro atende adequadamente às necessidades de indexação da Justiça Eleitoral? Comente sua resposta:

- Sim
- Não
- Parcialmente

Comentários:

8. Existe algum aspecto específico da 7ª edição que você gostaria de ver abordado na 8ª edição?

- Sim
- Não

Se sim, quais?

9. Quais foram os principais desafios enfrentados na construção do Tesauro? Marque uma ou mais alternativas e comente sua escolha abaixo:

- Dificuldade na escolha de termos
- Falta de consenso entre os participantes
- Limitações tecnológicas
- Complexidade dos conceitos a serem incluídos
- Outro. Especifique a sua resposta:

Comentários:

10. Qual a sua opinião sobre a gestão futura do tesauro após as mudanças?

- Revisões contínuas serão necessárias
- Revisões periódicas serão suficientes
- Outro. Especifique a sua resposta:

11. Os softwares utilizados atenderam às necessidades da equipe durante as mudanças?

- Sim, atenderam totalmente
- Sim, mas com algumas limitações
- Não, apresentaram muitas limitações

12. Quais desafios você encontrou ao utilizar o software *MultiTes*?

- Interface pouco intuitiva
- Dificuldade de integração com outros sistemas
- Falta de funcionalidades específicas
- Outro. Especifique a sua resposta:

13. Como você avalia a eficácia do software *MultiTes*? Comente sua resposta:

- Muito eficaz
- Eficaz
- Pouco eficaz
- Ineficaz

Comentários:

14. Como avalia os relatórios extraídos do *MultiTes* para a tomada de decisões?

- Muito úteis e detalhados
- Úteis, mas com limitações
- Pouco úteis
- Inadequados
- Não utilizo os relatórios para decisões

15. Quais desafios você encontrou ao utilizar o software Tematres?

- Interface pouco intuitiva
- Dificuldade de integração com outros sistemas
- Falta de funcionalidades específicas
- Outro. Especifique:

16. Como você avalia a eficácia do software Tematres? Comente sua resposta:

- Muito eficaz
- Eficaz
- Pouco eficaz
- Ineficaz

Comentários:

17. Como avalia os relatórios extraídos do Tematres para a tomada de decisões?

- Muito úteis e detalhados
- Úteis, mas com limitações
- Pouco úteis
- Inadequados
- Não utilizo os relatórios para decisões